

“E tem escritório junto com careca do INSS”

“O Flávio Bolsonaro

tem o rabo preso

ao Master”, diz Lula



Reprodução Instagram



“Que se quebre o sigilo de Flávio, único candidato envolvido com Vercaro”, cobra Jandira Feghali

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), candidata à reeleição, afirmou que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi parcial e seletivo para ajudar Flávio Bolsonaro na eleição. Para a deputada, Flávio Bolsonaro está envolvido com Daniel Vercaro “até o pescoço”. **Pág. 3**

Bethania dá apoio a Lula e Daniela Mercury ironiza o ‘cavalo preto’

A música brasileira voltou a ocupar o centro do debate político no fim de semana. Em SP, Maria Bethânia declarou apoio a Lula e no RJ, Daniela Mercury levou uma provocação política ao palco do Rock in Rio. **Pág. 4**

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

‘Mendonça mantinha tudo em segredo e só soltava o que interessava a ele’

O presidente Lula afirmou, na quarta-feira (16), que Flávio Bolsonaro é o maior beneficiário do roubo de Vercaro e está com o rabo preso com o Banco Master. Tanto o ministro Gilmar Mendes como Flávio Dino escancaram na sessão do STF que André Mendonça acobertou os crimes de

Flávio. Ele foi flagrado pedindo R\$ 134 milhões ao banqueiro ladrão. Vercaro, que roubou bilhões de aposentados, servidores e do banco público de Brasília, passou R\$ 65 milhões para Flávio, numa conta nos EUA, administrada por seu irmão, Eduardo Bolsonaro. Com as quebras de sigilos, tudo isso foi confirmado. **Página 3**



Ricardo Stuckert

A pedido do traíra, EUA ameaçam a Justiça brasileira com sanções

Gustavo Moreno - STF



O ministro do STF Flávio Dino, durante a sessão do Supremo, na terça-feira (15), manifestou indignação diante de notícias de que o governo dos Estados Unidos estaria esperando o resultado da decisão do STF para preparar novas sanções contra magistrados da Corte brasileira. Na quarta-feira (16), o capacho e traidor Eduardo Bolsonaro voltou a se reunir com o governo Trump pedindo novas sanções contra o Brasil. **Página 3**



Reprodução

Moraes: relatório de Mendonça é “farsa montada” e “vingança”

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, afirmou que o relatório produzido por André Mendonça contra ele é uma “farsa montada” com “motivação político-eleitoral”. “Está muito clara a tentativa de vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a Democracia e o Estado de Direito e foram condenados pelo STF”, afirmou. **Página 3**

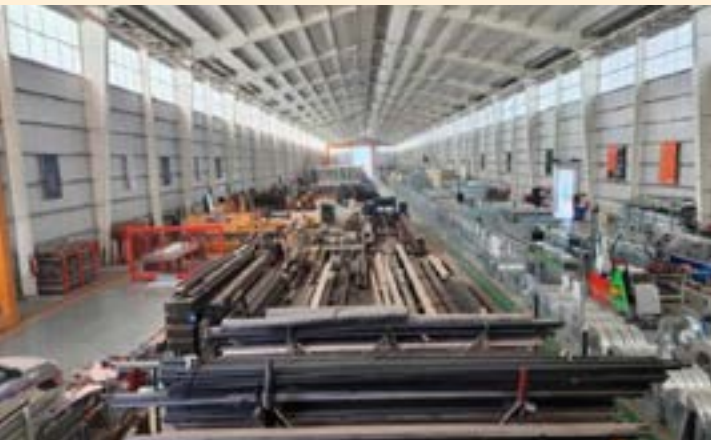
Derriate atuou para enfraquecer a PF e o combate às facções do crime

Candidato do bolsonarismo ao Senado por São Paulo, o deputado Guilherme Derriate (PP) ficou conhecido por tentar mudar para pior o PL Antifacção, quando foi relator do projeto na Câmara, sendo criticado pela Polícia Federal, pela Receita e pelo Ministério da Justiça, acusado de enfraquecer o combate ao crime. **P. 4**

Indústria argentina perdeu, com Milei, 90 mil empregos

O presidente da União Industrial Argentina (UIA), Martín Rappallini, durante um evento realizado em uma fábrica do Laboratório Elea, apresentou um diagnóstico crítico da situação da atividade industrial no país com a perda de 90 mil empregos assalariados registrados desde agosto de 2023, e exigiu políticas que apoiem as empresas no atual contexto econômico. Na reunião ocorrida numa

das principais empresas farmacêuticas da Argentina, fundada em 1939, com forte atuação em pesquisa, desenvolvimento e fabricação de medicamentos, Rappallini observou que a produção industrial está atualmente 10% abaixo dos níveis registrados em 2022, enquanto alguns setores apresentam quedas entre 25% e 30%. Em junho, a indústria argentina operava com cerca de 40% de capacidade ociosa. **Pág. 7**



“Trã destruiu base americana no Bahrein”, admitem EUA

Secretário interino da Marinha dos EUA, Hung Cao, admitiu. **Pág. 7**

Foto: Vitor Solemar



Kliass, especialista em políticas públicas
Lula: não se renda ao financismo
“Lula é a civilização. Flávio é a barbárie”
PAULO KLIASS*

As eleições presidenciais do próximo mês estão marcadas pelo embate entre dois projetos bem distintos – antagônicos mesmo – para o Brasil. De um lado, a continuidade do processo democrático, representado pela candidatura do Presidente Lula. De outro, a ameaça ao futuro de nosso País, em torno das propostas apresentadas pelo filho de Jair Bolsonaro. Em poucas palavras, podemos resumir o processo como sendo a disputa entre a permanência de nosso País no âmbito da civilização ou o ingresso na aventura irresponsável da barbárie. Infelizmente, ao que tudo indica, não foram suficientes os quatro anos da desgraça provocada pelo pai do candidato no comando do Palácio do Planalto para impedir que as lembranças e a memória do período 2019/2022 estejam sendo apagadas do imaginário popular.

Os exemplos são inúmeros. Esse é o caso da forma trágica e criminosa como foi conduzido o enfrentamento da epidemia da COVID e seus mais de 700 mil óbitos. O negacionismo contra as evidências científicas em prol da necessidade de investimento público e das campanhas de vacinação avançou também para o campo da política econômica, com a adoção de propostas do receituário neoliberal mais extremista. E aí vieram a manutenção do Teto de Gastos de Temer, as promessas e tentativas de privatização de todas as empresas estatais federais, as reformas trabalhista e previdenciária redutoras de direitos, dentre tantas outras medidas conservadoras e contrárias aos interesses da maioria da população.

Ainda no campo do negacionismo, a inspiração no governo Trump levou Bolsonaro a promover um clima de liberou geral na área do meio ambiente e da sustentabilidade. A expressão cunhada por seu Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, entrou para o besteirol criminoso da anedota política nacional: “é preciso aproveitar a porteira aberta para deixar passar toda a boiada”. Essa era apenas a ponta do iceberg do apoio ao garimpo ilegal, da invasão de terras indígenas pelos grileiros, o estímulo ao garimpo ilegal em áreas de proteção e outras. Com isso, o avanço sobre os biomas já ameaçados e o aumento do desmatamento descontrolado contribuíram para a elevação da temperatura do planeta.

LULA É A CIVILIZAÇÃO. FLÁVIO É A BARBÁRIE

Não bastassem todos esses elementos de retrocesso civilizatório generalizado, estavam sempre presentes as falas dos membros do primeiro escalão do governo com as ameaças permanentes à ordem democrática e constitucional, com desrespeito ao Supremo Tribunal Federal e à lisura do processo eleitoral no País. O processo de destruição vem com a tentativa de golpe em 8 de janeiro de 2023, ao desconhecer a legitimidade da vitória eleitoral de Lula. O incumbente derrotado sai do Brasil para buscar apoio às suas intenções golpistas no exterior e se recusa a passar a faixa presidencial para seu sucessor.

Continua: <https://horadopovo.com.br/lula-nao-se-renda-ao-financismo-por-paulo-kliass/>

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua Mazzini, 177

Cambuci - CEP: 01528-000

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@gmail.com

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBSC - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Bolsonarismo seria um desastre total para a economia do Brasil



Flávio Bolsonaro e Valdemar Costa Neto, presidente do PL: Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado e Marcelo Casal Jr./Agência Brasil

Foto: Ricardo Stuckert/PR



Presidente Lula reduz tributos para conter aumento dos preços “Não vamos permitir que alta do petróleo chegue no bolso e na mesa do brasileiro”, afirma Lula

Governo amplia subsídios à gasolina e o crédito para agricultura familiar

O presidente Lula assinou nesta quarta-feira (9) um decreto que reduz tributos sobre a gasolina e uma medida provisória que cria subsídio para o diesel, com o objetivo de conter a alta nos preços dos combustíveis para o consumidor final. Com as agressões dos EUA ao Irã, o preço do barril de petróleo Brent voltou a disparar, superando US\$ 100.

“Nós não vamos permitir que essa guerra irresponsável chegue no seu bolso e muito menos no prato de comida do povo brasileiro”, declarou Lula em vídeo, ao assinar as novas medidas.

Além do decreto, reduzindo o tributo sobre a gasolina em R\$ 0,63 e sobre o etanol hidratado, em R\$ 0,19 por litro, a medida provisória autoriza a subvenção de R\$ 1 por litro para o diesel aos produtores e importadores, desconto que deve ser repassado ao preço final para os consumidores. O Brasil importa cerca de 25% do diesel que consome.

As novas alíquotas valem de 10 de setembro a 5 de outubro.

Para garantir a subvenção, o presidente assinou a Medida Provisória (MP) nº 1.389 que abre um crédito extraordinário

de R\$ 6,6 bilhões, sendo R\$ 5,6 bilhões em subsídios à produção e importação de óleo diesel de uso rodoviário, e outros R\$ 998 milhões destinados à subvenção à produção e importação de combustíveis derivados de petróleo.

Outra medida anunciada foi a MP nº 1.390 que prevê R\$ 375 milhões em créditos extraordinários que reforçarão as operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – o principal mecanismo de financiamento à agricultura familiar, que é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Inflação disparou no desgoverno Bolsonaro

No governo Bolsonaro encher o carrinho do supermercado foi quase 50% mais caro. Números do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador oficial de inflação do país, apontam que a inflação de alimentos subiu em um ritmo muito superior à inflação geral do país, entre 2019 e 2022 – período que foi marcado por aumento expressivo na taxa de desemprego, alta perda na renda dos consumidores e ausência de reajustes no salário mínimo.

Em 2019, o IPCA foi de 4,31%, enquanto o grupo Alimentação e Bebidas ficou em 6,37%. No ano seguinte, o índice geral ficou em 4,52% e a inflação de alimentos disparou 14,09%. Já em 2021, o IPCA disparou para 10,06%, com Alimentação e Bebidas variando em alta de 7,94%. No ano de 2022, o índice de inflação foi de 5,79%, com uma nova disparada nos preços da alimentação, que subiram 11,64% no ano.

Assim, entre 2019 e 2022, a inflação acumulou uma alta de 26,94%, enquanto o grupo de Alimentação e Bebidas disparou para impressionantes 46,24%.

O cenário de inflação no

país se inverteu com o retorno de Lula ao Palácio do Planalto. Entre 2023 e agosto de 2026, o IPCA acumulou 17,90%, enquanto Alimentação e Bebidas somou 15,75%.

Em 2023, o IPCA foi de 4,62% e a alimentação ficou em 1,03%. No ano seguinte, o IPCA geral ficou em 4,83%, com a inflação de alimentos atingindo os 7,69%. No ano de 2024, a inflação de alimentos voltou a arrefecer e ficou em 2,95%, abaixo dos 4,26% do índice geral. Em 2026 (até agosto), o IPCA acumula alta de 3,11%, com o grupo alimentação variando em alta de 3,52% no período.

COM BOLSONARO A FOME AVANÇOU

Ante a tempestade combinada de pandemia, choques climáticos e guerra, a postura de Bolsonaro foi de deixar os consumidores brasileiros reféns das flutuações do mercado externo – ou seja, à própria sorte. Na carestia dos alimentos, o desemprego chegou a bater o recorde de 14,7% no primeiro semestre de 2021 e encerrou o ano de 2022 em 9,3%.

Em meio à pior crise sanitária já vista neste país, o dólar nas alturas esvaziava o

mercado interno para bater recordes de exportação de commodities, enquanto Bolsonaro chamava de “idiota” quem o criticava pelo seu descaso com o avanço da fome no país e defendia a compra de um pacote de feijão no lugar das armas.

Diferente da postura passiva e calcada na autorregulação do mercado de seu antecessor, Lula retomou os estoques reguladores de alimentos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Por meio do Plano Safra, o presidente também ampliou o pacote de recursos e a renegociação de dívidas da agricultura familiar – que é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

Para fortalecer a segurança alimentar, segurar a alta dos preços e impulsionar o agronegócio brasileiro, o governo Lula também reativou e retomou para o Estado fábricas de fertilizantes da Petrobrás que foram postas em hibernação e vendidas nos governos de Temer e Bolsonaro. O Brasil é altamente dependente de fertilizantes estrangeiros, o que também ajuda a encarecer os preços internos dos alimentos.

ANTONIO ROSA

Flávio prometeu a Trump provocar uma tragédia no agro brasileiro afastando o Brasil da China. Pior, o bajulador ofereceu “negociar” o PIX para ajudar empresas americanas como Visa e Mastercard

Deixando um pouco de lado o fato grave de Flávio Bolsonaro ser ligado a milícias e facções criminosas e estar afundado até o pescoço no escândalo do Banco Master, vamos fazer uma pequena avaliação sobre as propostas que eles defendem para a economia. Elas significariam um desastre para a economia caso fossem colocadas em prática.

Se não, vejamos. Primeiro. Flávio prometeu a Trump entregar todas as nossas terras raras e minerais críticos para o governo americano. Estes materiais estão no centro das novas tecnologias e são a base da reindustrialização brasileira. Entregá-los na forma bruta para os americanos, como eles defendem, significa um grave boicote ao crescimento do país e à criação de empregos de qualidade.

Segundo. O Banco Central brasileiro criou o sistema de pagamento PIX, que é gratuito para a população do Brasil. Este sistema ampliou-se nos últimos anos e hoje já é a principal forma de pagamento dentro do país. Esse sistema público de pagamento ajuda fortemente a desenvolver os negócios e as atividades econômicas dos brasileiros.

Milhões de pessoas passaram a usar o sistema em suas atividades do dia a dia. No entanto, o presidente dos EUA reclamou que o PIX atrapalha os lucros das empresas americanas, Visa e Mastercard, e pressiona para acabar com o PIX. Pois bem. Tanto Flávio quanto Eduardo Bolsonaro prometeram a Trump “negociar” o PIX. Ou seja, os bajuladores vão ceder às pressões do bufão da Casa Branca pelo fim do PIX ou que ele passe a ser cobrado.

Sobre a renda da população, o que Flávio promete em seu programa é um “tesourão” nos investimentos e nos programas sociais. Seu pai, quando esteve no Planalto, já manteve o salário mínimo congelado e cortou até merenda escolar e remédios populares gratuitos. Flávio promete não só congelar o salário mínimo, como também desvincular as aposentadorias do reajuste do salário mínimo. Isso é, mais di-

ficuldades para os aposentados. Foi o que disse Rogério Marinho, coordenador da campanha de Flávio, ao defender uma nova “reforma” da Previdência, leia-se mais cortes para os aposentados. Sua proposta de “tesourão” vai aliviar os ríscos e atingir os investimentos e programas sociais provocando recessão e desemprego no país. Eles dizem que só com recessão, os juros poderão baixar. Isso é uma mentira e será um desastre sobre a população, sem nenhuma garantia de queda real dos juros.

Mas, pior de tudo isso é a defesa que Flávio Bolsonaro faz do afastamento do Brasil da China. Ele fez isso no início deste ano, numa reunião de fascistas no Texas. Em seu discurso, o bajulador de Trump disse que Brasil pode ser a solução para os problemas dos EUA. Ele, então, prometeu a Trump afastar o Brasil da China. O presidente americano logicamente achou ótimo.

Por que Trump gostou do que Flávio prometeu? Porque os EUA disputam com o Brasil o mercado chinês. A China é o principal parceiro comercial do Brasil. Temos um saldo positivo de cerca de US\$ 40 bilhões por ano com eles. O agro brasileiro exporta grande parte de sua produção para o gigante asiático. Afastar o Brasil da China significará uma tragédia para a agricultura brasileira. E quem vai gostar disso serão os produtores de grãos e de proteína animal dos EUA que perderam o mercado chinês para os produtores brasileiros.

Em suma, caso o miliciano chegasse ao Palácio do Planalto, o Brasil entraria num verdadeiro abismo econômico. Já com Lula o sentido é exatamente o oposto. O programa de Lula de reindustrialização, de retomada do crescimento, de apoio ao agro, de investimentos maciços em Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação, de fortalecimento da indústria de Defesa e muito mais. Estas são propostas que trazem a esperança de um grande salto à frente no desenvolvimento do Brasil e numa grande melhora a vida dos brasileiros.

Sob Bolsonaro, empresas encolheram produtos e mantiveram preços altos

No horário eleitoral gratuito, o candidato a presidente Flávio Bolsonaro tentou responsabilizar Lula pela manobra das empresas de encolher produtos e baratear ingredientes sem reduzir os preços aos consumidores.

O candidato omite, no entanto, que foi o governo do seu pai o responsável por ressuscitar a “redução”.

Flávio também se esquece de falar que a inflação dos alimentos explodiu no governo Bolsonaro, agravando ainda mais a fome do povo brasileiro, já afetado pela forte perda do poder de compra e pelo alto desemprego.

O ambiente econômico do governo Bolsonaro (2019 a 2022) foi perfeito para alavancar a redução, uma velha estratégia comercial usada pelas empresas para absorver a alta dos custos de produção e sustentar seus lucros na crise.

No período Bolsonaro, a inflação geral (IPCA) acumulada foi de 27%, enquanto o grupo de Alimentação e Bebidas disparou para 46,24%, com a inflação da alimentação no domicílio chegando à impressionante marca de 56,26% e a alimentação fora do domicílio batendo nos 25,22% – cálculos com base em números do IBGE.

A disparada nos preços da alimentação foi puxada por itens como óleo de soja (174,3%), morango (172,4%), feijão-fradinho (148,9%), feijão-carioca (130,8%) e leite longa vida (130,5%).

A inflação no Brasil se agravou porque a gestão de Jair Bolsonaro foi marcada por uma postura omissa, fundamentada na premissa de “autorregulação” do mercado.

Essa inação deixou o Brasil vulnerável e sem rede de proteção contra os danos da desorganização das cadeias globais de logística e abastecimento gerada pela pandemia de Covid-19 e posteriormente pela guerra na Ucrânia, enquanto o dólar nas alturas esvaziava o mercado interno para bater recordes de exportação de commodities.

Em meio à carestia dos alimentos, o desemprego chegou a bater o recorde de 14,7% no primeiro semestre de 2021 e encerrou o ano de 2022 em 9,3%. Foi neste cenário que brasileiros foram flagrados recolhendo ossos na caçamba de descarte do Mercado, no Centro de SP; na caçamba do caminhão dos ossinhos na zona sul do Rio de Janeiro; e restos de alimentos em latões de lixo espalhados pelo território nacional.

Em números absolutos, cerca de 125,2 milhões de brasileiros sofriam com algum nível de insegurança alimentar, sendo que 33 milhões passavam fome, segundo dados do “Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil”, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN).

Diante da explosão da redução no governo Bolsonaro, o Ministério da Justiça e Segurança Pública da época foi obrigado a atualizar as regras de transparência, fazendo com que empresas comunicassem a diminuição dos produtos ao consumidor. Contudo, a Portaria nº 392 de setembro de 2021 apenas regulamentou o “como avisar”, sem impedir a estratégia comercial em si.



Deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ)

“Que se quebre o sigilo de Flávio, o único candidato a presidente envolvido com Vorcaro”, defende Jandira

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), candidata à reeleição, afirmou que o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi parcial e seletivo para ajudar Flávio Bolsonaro na eleição.

Em entrevista para o ICL Notícias, ela declarou que Mendonça “claramente tomou uma atitude parcial, eleitoral e articulada”. A fala da deputada é uma análise do que ocorreu nesta terça-feira (15) no julgamento do STF que avalia abrir inquérito contra Alexandre de Moraes por supostas conversas com o banqueiro fraudulento Daniel Vorcaro. A sessão foi suspensa após um pedido de vista do ministro Flávio Dino.

“Que se apure tudo, que se apure todos”. “Não podemos aceitar que a 18 dias da urna o único candidato a presidente que está envolvido com Vorcaro até o pescoço não tenha o sigilo quebrado e não seja investigado”, disse em vídeo mostrando sua fala ao ICL.

A parlamentar escreveu no seu perfil que o “que fica desta sessão do STF é: não é admissível seletividade nas investigações e julgamentos de quem quer que seja”.

“A sociedade brasileira quer saber tudo! Principalmente sobre as tenebrosas transações entre Daniel Vorcaro e Flávio Bolsonaro, o único candidato a presidente investigado nos processos do Banco Master”, frisou.

Em sua declaração para o ICL, a deputada afirmou que a seletividade de Mendonça “tentou gerar impacto negativo para as eleições para favorecer o Flávio, tentando vincular as denúncias com o nosso campo”.

“E nós não temos nada a ver com isso. Na verdade, cada vez que o Supremo abre mais uma caixinha nesse debate vai mostrando que o Vorcaro é deles”.

“O esquema é deles. Então é importante que a gente tenha, primeiro a defesa dessa instituição que foi importantíssima no 8 de janeiro, foi importantíssima para manter a democracia brasileira”, disse, em referência ao STF.

Na avaliação de Jandira, a intenção de toda essa crise no STF é desacreditar o tribunal para favorecer Flávio e os golpistas na eleição.

A parlamentar enfatizou que “é preciso que dê transparência e sem seletividade”. “Tem que julgar se investiga o Moraes e o André Mendonça, que investigue junto e se quebre o sigilo do Flávio. Precisamos saber o que é que tem por trás do sigilo telefônico, fiscal e bancário, tudo, tudo do Flávio. Porque ele é candidato a presidente, ele quer comandar esse país”, observou.

“E eu não tenho a menor dúvida. Se o Moro teve articulação com o departamento de estado norte-americano, imagine o Mendonça com poderes de ministro do Supremo. É óbvio que tem articulação internacional nisso. Isso eu estou falando desde o início, não tenho a menor dúvida sobre isso”, assinalou.

“E muito grave o que está acontecendo. Está se jogando na lama uma instituição importante do Brasil. Ai aparece relação com garota de programa. Aparece o AM, que o próprio Moraes diz que é André Mendonça, que não é Alexandre de Moraes”.

“É preciso que se abra tudo, a sociedade quer saber tudo. Sem seletividade, com transparência, com Flávio Bolsonaro junto e que o Supremo saia dessa com um nível de credibilidade porque é muito ruim para a democracia que o Supremo esteja jogado no chão dessa forma”, concluiu Jandira.

Flávio tem o rabo preso ao Banco Master, afirma Lula



Ricardo Stuckert

“Flávio Bolsonaro tem raiva do Alexandre de Moraes”, disse o presidente

Dudu Bananinha trai a nação e pede outra vez para Trump atacar o Brasil

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro e o blogueiro Paulo Figueiredo voltaram, na quarta-feira (16), a ter reuniões com o governo de Donald Trump e a pedir aos Estados Unidos novas sanções contra o Brasil.

Segundo o site Metrópoles, os bolsonaristas vão pedir a Donald Trump que imponha novamente as sanções da Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes e inclua novos nomes do Supremo Tribunal Federal (STF), como o ministro Flávio Dino.

A primeira reunião de Eduardo e Paulo Figueiredo será com membros do Departamento de Estado. Nesta quinta (17), os dois se reúnem com pessoas próximas a Donald Trump que despacham da Casa Branca.

Eles vão pedir aos Estados Unidos que investiguem o ministro Alexandre de Moraes. O filho “03” de Jair Bolsonaro vai mostrar ao

governo Trump recortes da sessão do STF que adiou qualquer decisão.

Eduardo Bolsonaro deve omitir que André Mendonça teve reuniões secretas com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, fora do Supremo. Mendonça tornou-se uma peça central na candidatura de Flávio Bolsonaro.

Para o decano do STF, Gilmar Mendes, a estratégia de ataques contra Alexandre de Moraes tem motivação político-eleitoral, buscando criar um caos institucional para favorecer Flávio Bolsonaro.

Isso porque André Mendonça, relator do caso Master, está impedindo qualquer investigação contra Flávio Bolsonaro, que recebeu R\$ 65 milhões de Daniel Vorcaro, ao mesmo tempo em que vazou informações contra Alexandre de Moraes no meio do processo eleitoral.

Eduardo Bolsonaro é réu no STF por sua atuação junto ao gover-

no dos EUA para tentar impedir a condenação de seu pai, Jair Bolsonaro, por tentativa de golpe.

Ele mora nos EUA desde o primeiro semestre de 2025, numa casa de R\$ 6 milhões e aluguel de R\$ 30 mil mensal, quando abandonou o cargo de deputado federal. Desde então, ele sabota o Brasil ao pedir aos EUA sanções e tarifas.

Eduardo e seus familiares nunca explicaram como ele se mantém nos EUA, uma vez que não tem nenhuma renda oficial.

Os investigadores da Polícia Federal suspeitam que os R\$ 134 milhões pedidos por Flávio Bolsonaro a Daniel Vorcaro tenham ajudado a custear a vida de luxo que Eduardo tem no país de Trump.

O dinheiro roubado por Vorcaro foi parar em um fundo sediado nos EUA e controlado pelo advogado de Eduardo, Paulo Calixto.

Governo dos EUA interfere no julgamento do STF e ameaça o Brasil com sanções

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, manifestou indignação diante de notícias de que o governo dos Estados Unidos estaria esperando o resultado da decisão do STF para preparar novas sanções contra magistrados da Corte brasileira.

Flávio Dino classificou a iniciativa americana como um “ambiente de pressão ilegítima” sobre o tribunal de uma nação soberana. A revolta de Dino ocorreu após a divulgação de que o Tesouro americano elaborou um rascunho para a retomada de punições com base na Lei Magnitsky, aguardando o posicionamento oficial do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio.

Em sua intervenção, Dino classificou o episódio como de “enorme gravidade jurídica e constitucional”, susten-

tando que a indignação contra a interferência externa deve ser paritilhada por todos os brasileiros. Rejeitando a submissão a pressões externas ou a maiorias ocasionais, Dino afirmou que a toga pertence ao povo brasileiro e carrega o símbolo da soberania nacional.

Moraes e sua esposa Viviane Barci foram submetidos em 2025 a sanções dos Estados Unidos com base na Lei Global Magnitsky. As medidas foram posteriormente retiradas depois da viagem de Lula ao Estados Unidos.

O bajulador de Trump, Eduardo Bolsonaro, (PL-SP), também fez pressão para que a Casa Branca se intro-meta ainda mais nos assuntos internos do Brasil. Ele afirmou nesta terça-feira (15) que pretende apresentar em Washington registros da sessão do Supremo

Tribunal Federal (STF) que discute a possível abertura de uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes.

Segundo ele, o material poderá integrar sua articulação em favor de uma nova rodada de sanções dos Estados Unidos. Eduardo publicou a mensagem no X, antigo Twitter, durante o julgamento no Supremo e afirmou que pretende levar o conteúdo da sessão à Casa Branca. “Tudo registrado e pronto para expor em DC onde, se Deus quiser, se iniciará uma nova rodada de sanções”, escreveu Eduardo, em referência a Washington, D.C.

O bolsonarista Paulo Figueiredo confirmou que Eduardo terá mais de um encontro na capital dos EUA e que eventuais sanções contra o ministro estarão entre os assuntos discutidos.

Na sexta-feira (11), Eduardo já havia anunciado que viajaria a Washington para tratar da retomada de sanções previstas na Lei Global Magnitsky contra Moraes. Na ocasião, não revelou com quem pretendia se reunir. “Semana que vem estou indo a Washington DC para conversar com algumas pessoas muito interessantes para reanimar, reaver a possibilidade da gente ter uma Magnitsky Moraes”, declarou.

O país inteiro exige punição para o criminoso. “Quem tem um escritório junto com o Careca do INSS é ele”, continuou o presidente no programa Desce a Letra Show

O presidente Lula afirmou, na quarta-feira (16), que Flávio Bolsonaro é o maior beneficiário do roubo de Vorcaro e está com o rabo preso com o Banco Master. Tanto o ministro Gilmar Mendes como Flávio Dino escancaram na sessão do STF que André Mendonça acobertou os crimes de Flávio.

Ele foi flagrado pedindo R\$ 134 milhões ao banqueiro ladrão. Vorcaro, que roubou bilhões de aposentados, servidores, de pequenos investidores e do banco público de Brasília, passou R\$ 65 milhões para Flávio, numa conta nos Estados Unidos, administrada por seu irmão, Eduardo Bolsonaro. Com as quebras de sigilos, tudo isso foi confirmado.

COM VORCARO

“Nós estamos vendo aquele julgamento na Suprema Corte. Ontem o meu adversário gravou um vídeo dizendo que eu sou responsável pelo Alexandre de Moraes e isso e aquilo. A obsessão dele é pegar o Alexandre de Moraes. Mas eles não querem brigar com o Alexandre de Moraes por causa do Banco Master. Não é por isso que ele tem raiva, porque ele sabe que ele tem o rabo preso ao Banco Master mais do qualquer outra pessoa”, disse o presidente.

Durante entrevista ao programa Desce a Letra Show, transmitido no YouTube, o presidente defendeu a apuração rigorosa e o julgamento de qualquer pessoa que tenha cometido delitos. No caso, o grande delito foram os milhões transferidos por Vorcaro para

Moraes: relatório de Mendonça é uma “farsa montada” e “vingança” para favorecer Flávio

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que o relatório produzido por André Mendonça contra ele é uma “farsa montada” com “motivação político-eleitoral” e de “vingança” dos golpistas que foram condenados pelo STF.

A fala foi feita por Moraes em documento enviado para Edson Fachin, presidente do STF, na segunda-feira (14). Na terça (15), o julgamento do Supremo já está em andamento, com o ministro Edson Fachin lendo o seu relatório do caso.

Moraes ressalta que a ofensiva de André Mendonça, que foi indicado por Jair Bolsonaro para ministro da Corte, é baseada em textos do “bloco de notas” de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, em seu celular, “que foi apreendido em operação policial exitosa, onde o investigado foi preso sem qualquer intercorrência”.

O trecho tem relevância porque a “acusação” feita por Mendonça é de que Alexandre de Moraes tentou ajudar Daniel Vorcaro a driblar a operação na qual seria preso.

Alexandre de Moraes ressalta ainda que a investigação não apresentou nenhum ofício no qual ele teria favorecido o Banco Master ou Daniel Vorcaro.

Além disso, aponta que Vorcaro foi preso no maior aeroporto do Brasil, portando seu passaporte verdadeiro e seu próprio celular. “Nenhum investigado se comportaria dessa maneira se tivesse acesso prévio a informações sobre sua prisão”, acrescenta.

Fellipe Sampaio - STF



Ministro Alexandre de Moraes

Flávio Bolsonaro. O país inteiro exige punição para o criminoso.

MILÍCIAS

O presidente detalhou os reais motivos que, em sua avaliação, causam o temor e o ressentimento da família do golpista Jair Bolsonaro em relação às decisões tomadas na Suprema Corte. “A raiva dele do Alexandre de Moraes é porque o Alexandre de Moraes mandou prender o cara que mandou matar a Marielle”, disse Lula. A vereadora foi morta pelo Escritório do Crime, uma espécie de central de assassinatos das milícias, protegidas por Flávio Bolsonaro.

O presidente prosseguiu desmascarando Flávio. “A bronca dele é porque o Alexandre de Moraes prendeu o pai dele e os golpistas que tentaram fazer o 8 de janeiro. Esse é o pavor dele. E a bronca dele é porque essa apuração que está tendo na Suprema Corte vai descobrir quem é de verdade que está metido nisso”, pontuou Lula na entrevista.

CARECA DO INSS

Sobre os ataques ao seu filho, Lula foi categórico. “Ah, o filho do Lula é sócio do Careca [do INSS]’. E quem tem um escritório junto com o Careca é ele, o Flávio. Então nós temos que desmontar essa coisa”, frisou. Durante meses o ministro André Mendonça, do STF, acobertou os crimes de Flávio Bolsonaro e abriu uma cruzada contra o filho do presidente Lula, sem que houvesse nada de concreto contra ele. Esse comportamento foi desmascarado durante o julgamento no STF.

“Apesar da farsa montada e divulgada, não existe absolutamente nada e todos sabem a motivação político-eleitoral dessas criminosas mentiras. Vingança. Está muito clara a tentativa de vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a Democracia e o Estado de Direito e foram condenados pelo STF”, completa Alexandre de Moraes.

A avaliação de Moraes é que André Mendonça instalou uma investigação contra ele sem autorização do plenário do STF, sem pedido da Polícia Federal ou da Procuradoria-Geral da República (PGR).

O documento destaca que André Mendonça abriu uma investigação contra Moraes com grau máximo de sigilo, “inclusive escondendo os autos da própria Procuradoria-Geral da República”, “com o agravante de ter determinado à PF a realização de diligências sem ter assinado a decisão judicial e sem ter feito a comunicação pelas vias procedimentais legais”.

Parte fundamental da ilegalidade se dá no momento em que André Mendonça “convocou os investigadores [da PF] para reunião presencial em seu gabinete e entregou-lhes exemplar físico da decisão” para diligências contra Moraes, “sem assinatura”.

Leia mais trechos da defesa: “Trata-se, realmente, de tentativa de responsabilização objetiva por escritos de terceiros achados em ‘blocos de notas’ de celular do investigado apreendido em operação policial exitosa que efetuou regularmente sua prisão”.

“Apesar da farsa montada e divulgada, não existe absolutamente nada e todos sabem a motivação político-eleitoral dessas criminosas mentiras. VINGANÇA. Está muito clara a tentativa de vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a Democracia e o Estado de Direito e foram condenados pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL”.

“A tentativa de golpe não se encerrou em 8/1/2023. Simplesmente mudou seu modus operandi. Mas assim como na primeira vez, o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL saberá resistir e sairá fortalecido, mantendo a Defesa plena da CONSTITUIÇÃO, do ESTADO DE DIREITO e da DEMOCRACIA.”

Dino pede a Fachin explicações sobre a ligação entre instituto de Mendonça e o Banco Master

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, pediu ao presidente da corte, ministro Edson Fachin, uma investigação sobre a ligação entre o Banco Master e o Instituto Iter, do ministro André Mendonça.

O banqueiro Daniel Vorcaro foi recebido por Mendonça no instituto em março de 2025.

O Iter tem contratos firmados com o município de São Paulo. Flávio Dino tomou essa decisão para averiguar uma ação que discute regras para o funcionamento de cemitérios privados no estado. O ministro cita uma série de circunstâncias que, na avaliação dele, precisam ser esclarecidas.

Instituto Iter foi fundado em novembro de 2023 por André Mendonça. Conforme o site do Iter, a instituição é voltada para a educação executiva, formação de lideranças e capacitação de profissionais para atuação nos setores público e privado. A oferta de formações vai desde curso de oratória a gestão educacional com inteligência artificial e gestão e fiscalização de contratos.



Trump volta a atacar o Brasil aplaudido pelos Bolsonaros

Derrite atuou para enfraquecer a PF e combate ao crime organizado

Candidato bolsonarista ao Senado, deputado propôs mudanças no PL Antifacção criticadas pela Polícia Federal, Receita Federal e pelo Ministério Público

Candidato do bolsonarismo ao Senado por São Paulo, o deputado Guilherme Derrite (PP) tenta transformar sua passagem pela Secretaria da Segurança Pública do governo Tarcísio de Freitas e sua atuação no Congresso em cartão de visitas eleitoral. Na propaganda, apresenta-se como o homem que sabe como combater o crime e promete levar ao Senado a mesma política de endurecimento penal que marcou sua carreira.

O problema é que, quando teve nas mãos a relatoria do Projeto de Lei Antifacção, sua atuação caminhou justamente na direção de enfraquecer instrumentos considerados fundamentais para enfrentar as organizações criminosas: a autonomia e o financiamento da Polícia Federal.

Na campanha, Derrite diz que “proteger as pessoas” é uma “missão de vida”. Afirma que, como deputado, foi “o relator da lei antifacção, que endureceu como nunca as penas para o crime organizado”.

Na mesma peça, procura associar sua imagem à de um gestor eficiente. Diz que, à frente da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, atuou “batendo recordes históricos na redução de crimes” e que, ao lado de Tarcísio, “acabamos com a Cracolândia e devolvemos o centro da capital às famílias”.

Também afirma que a proteção às mulheres foi tema de seu mestrado e apresenta a tornezeira eletrônica para agressores como uma ferramenta que se mostrou “100% eficaz”.

O discurso publicitário, porém, não resiste ao exame de sua atuação como relator do PL Antifacção.

PF SOB PRESSÃO DOS GOVERNADORES

Derrite apresentou sucessivas versões do projeto e, em uma delas, tentou subordinar a atuação da Polícia Federal nos Estados a uma solicitação dos governadores. A proposta provocou reação imediata de especialistas e de integrantes do próprio sistema de Justiça.

O professor de Direito da PUC-RS e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Rodrigo Azevedo, apontou, à época, os possíveis efeitos da mudança sobre o projeto:

“Na prática, essa proposta do Derrite aumenta a impunidade porque ela dificulta a integração entre União, Estados e municípios, submetendo a atuação da PF a uma solicitação estadual que não existe e ainda criando problemas do ponto de vista processual.”

A própria Polícia Federal manifestou preocupação com a mudança, que, segundo a corporação, poderia enfraquecer seu “papel institucional histórico” no combate ao crime.

Submeter a Polícia Federal à autorização de governadores significaria atingir justamente a autonomia necessária para investigar organizações criminosas que podem manter relações políticas e econômicas nos próprios Estados, segundo especialistas e autoridades.

O procurador da República Vladimir Aras alertou ainda que a mistura entre crime organizado e terrorismo poderia gerar conflitos de competência e aumentar o risco de nulidade de investigações e processos.

PROMOTOR QUE COMBATE O PCC CRITICOU RELATÓRIO

O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, que há mais de duas décadas atua no combate ao PCC e participou da elaboração do projeto Antifacção, foi ainda mais enfático.

Segundo ele, o substitutivo de Derrite poderia neutralizar a experiência acumulada pelos Gaecos no enfrentamento às organizações criminosas.

“Esse é o ponto mais fraco do parecer”, afirmou Gakiya. Em outra manifestação sobre o relatório, o promotor avaliou que a proposta, “da maneira como foi posta a discussão”, atendia “aos interesses do crime organizado”.

Derrite recuou da tentativa de condicionar a atuação da PF aos governadores depois da reação negativa, mas o recuo não encerrou a controvérsia.

O deputado passou a atacar a corporação por outro caminho: os recursos necessários para financiar suas operações.

Uma das versões do relatório

retirava da PF recursos provenientes dos bens apreendidos das organizações criminosas e transferia essas receitas para fundos estaduais e distritais.

O secretário nacional de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira, foi categórico ao avaliar a mudança. Disse que o texto era um “verdadeiro retrocesso”, que “prejudica o combate às formações criminosas e enfraquece o financiamento da Polícia Federal” e que Derrite “continua atacando a PF, ainda que por outros meios”.

Apreender o patrimônio das facções, porém, não basta. E preciso impedir que o dinheiro volte a financiar o crime e garantir recursos para investigar suas redes.

Os fundos federais financiam ações de inteligência, reaparelhamento, capacitação e operações de longo prazo. Para o Ministério da Justiça, transferir esses recursos aos Estados comprometeria essa estrutura.

“O modelo atual foi construído para manter uma base estável de recursos, protegendo a PF de contingenciamentos e permitindo continuidade de investigações de longo prazo. Ao retirar esses recursos e repassá-los aos estados, o relatório quebra essa estrutura e enfraquece a PF”, afirmou Marivaldo.

“E o coração das operações nacionais que fica comprometido. Os fundos federais garantem autonomia técnica e padronização. O que Derrite faz é transformar o combate ao crime num mosaico descoordenado, com cada estado agindo por conta própria, sem estratégia comum”, acrescentou.

DIFICULTOU ASFIXIA FINANCEIRA DAS FACÇÕES

É justamente aí que a propaganda de Derrite entra em choque com sua prática.

Ele afirma ter ido ao Congresso para mudar leis e combater organizações criminosas, mas, quando teve a oportunidade de fortalecer o principal órgão federal de investigação, apresentou medidas que, segundo o Ministério da Justiça, retiravam recursos da corporação e comprometiam a integração entre as forças de segurança.

O problema também atingia o coração financeiro das facções.

Em uma das versões do relatório, Derrite criou obstáculos ao perdimento de bens apreendidos ao condicioná-lo ao trânsito em julgado da sentença. Auditores da Receita Federal alertaram que isso poderia levar anos e dificultar a descapitalização das organizações criminosas.

“O que vemos nessa 4ª versão do relatório do deputado Guilherme Derrite é o estímulo à sonegação, ao contrabando e ao descaminho”, afirmou o Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal.

A entidade destacou que a asfixia financeira é uma das formas mais eficientes de atingir organizações criminosas, justamente porque corta sua capacidade econômica.

PROPAGANDA EM XEQUE

A tentativa de vender Derrite como especialista em segurança também esbarra nos resultados da política que ele comandou em São Paulo.

Em sua propaganda, afirma que foi “o secretário de segurança com os melhores números da história” e que, sob sua gestão, houve “recordes históricos na redução de crimes”.

Mas, quando o assunto são as mulheres, os números oficiais contam uma história diferente.

São Paulo registrou 270 vítimas de feminicídio em 2025, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número praticamente dobrou em relação a 2021 e representa uma alta de 38,5% na comparação com 2022, último ano anterior ao início do governo Tarcísio. No primeiro semestre de 2026, foram 141 ocorrências de feminicídio, o maior número para o período desde o início da série histórica. Considerando a ocorrência em que duas mulheres foram assassinadas, o número de vítimas chegou a 142.

Enquanto a violência contra as mulheres avançava, o governo Tarcísio reduzia a previsão de recursos para a Secretaria de Políticas para a Mulher. A proposta para 2026 ficou 54,4% abaixo da dotação inicial aprovada pela Assembleia Legislativa para 2025: de R\$ 36,2 milhões para R\$ 16,5 milhões.



Proposta de Derrite submetia a atuação da PF a uma solicitação estadual



Milhares de pessoas participaram do ato realizado em Copacabana

Milhares tomam as ruas em todo o país em defesa da reeleição de Lula

Milhares de pessoas foram às ruas neste domingo (13) em defesa da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Batizada de “Dia 13 com Lula”, a mobilização reuniu manifestações em diferentes estados, com caminhadas, carreatas, bandeiraços e panfletagens.

As atividades foram organizadas pelos partidos que integram a base PT, partidos aliados, movimentos sociais e centrais sindicais e ocorreram em capitais e municípios de todas as regiões do país. Segundo o PT, foram registradas 1.120 atividades em pelo menos 130 municípios.

A mobilização acontece a poucas semanas do primeiro turno das eleições e marca uma nova etapa da disputa

presidencial. A campanha de Lula aposta na presença militante e no contato direto com a população para ampliar a mobilização eleitoral.

No Rio de Janeiro, houve cortejo cultural em Copacabana. A candidata do PT ao Senado, Benedita da Silva. Em cima da traseira de uma camionete e ao lado de outros militantes. Músicas tocadas por instrumentos de percussão e sopro embalarão a trilha sonora. Jovens da periferia se destacaram nas performances de dança de rua.

Lideranças e candidatos dos partidos da base aliada participaram do ato.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), candidata à reeleição, afirmou que o candidato a presidente, Flávio Bol-

sonaro, está envolvido no escândalo do Banco Master “até o pescoço” e que ele é corrupto e servil ao governo americano.

A fala da deputada aconteceu neste domingo (13) no comício em Copacabana, Rio de Janeiro. “E nós sabemos que crises inventadas, que tem golpes que tentaram de novo colocar em curso. Tem ministro do Supremo seletivo, mas que também vai ter que se explicar. Que foi encontrar com o Vercaro no escurinho do cinema. Então todo mundo que está envolvido nisso precisa ser investigado”, defendeu.

“Mas só tem um candidato a presidente envolvido com Vercaro até o pescoço. Que se chama Flávio Bolsonaro”, disse a deputada do PCdoB.

Chico Buarque pede votos para Cida Pedrosa em Pernambuco

O cantor, compositor e escritor Chico Buarque declarou apoio à candidatura da vereadora Cida Pedrosa (PCdoB) para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Em vídeo publicado nas redes sociais, o artista afirmou que se orgulha de ter apoiado a eleição de Cida para a Câmara Municipal do Recife e defendeu que, agora, ela amplie sua atuação política.

“Eu me orgulho de ter apoiado com sucesso o nome de Cida Pedrosa, mas agora nós queremos mais. Cida Pedrosa, grande escritora, grande brasileira para a Assembleia Legislativa de Pernambuco”, afirmou Chico Buarque.

Ao comentar o apoio, Cida destacou a trajetória do cantor e escritor e afirmou que “não é qualquer voz que se junta à luta”. Para a vereadora, Chico é uma referência que “cantou o Brasil inteiro” e deu poesia às dores e às festas do país.

“Chico Buarque, o mestre que atravessa gerações, olhou pra essa cami-



Candidata Cida Pedrosa e o cantor Chico Buarque

nhada e disse: é com Cida Pedrosa! (Eu morri né)”, comentou a candidata.

“Recebo esse apoio com uma felicidade imensa. É a certeza de que estamos no caminho certo. Obrigada, meu poeta amado, por emprestar sua grandeza à nossa causa”, finalizou.

Cida Pedrosa é vereadora do Recife, militante feminista e advogada com atuação na área de direitos humanos. Seu mandato é voltado à promoção da cidadania e ao fomento da

cultura recifense.

Também escritora e poetisa, Cida é autora de “Solo para Vialejo”, obra que recebeu o Prêmio Jabuti em 2020. Ela também foi premiada com o Prêmio Guerra Junqueiro Lusofonia e o APCA.

A candidatura à Assembleia Legislativa busca levar para o âmbito estadual a atuação desenvolvida por Cida na Câmara Municipal do Recife, com foco em cultura, direitos humanos e direitos sociais.



Maria Bethânia e Daniela Mercury

Bethânia declara apoio a Lula em SP e Daniela Mercury protesta usando “Dark Horse” no Rock in Rio

A música brasileira voltou a ocupar o centro do debate político neste fim de semana. Em São Paulo, Maria Bethânia declarou apoio à candidatura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante sua apresentação no Coala Festival. No Rio de Janeiro, Daniela Mercury levou uma provocação política ao palco do Rock in Rio ao colocar em cena um personagem vestido de cavalo preto, em referência ao filme Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro que está no centro de investigações sobre seu financiamento.

A manifestação de Bethânia aconteceu no sábado (12), durante a 12ª edição do Coala Festival, realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo. Aos 80 anos, a cantora encerrou o primeiro dia do evento e surpreendeu o público ao fazer o “L” com os dedos em referência a Lula. A manifestação foi recebida com gritos e aplausos.

O gesto ocorreu em meio à interação da cantora com a plateia e reforçou uma posição política que Bethânia já havia manifestado em outras ocasiões. Conhecida por apresentações marcadas pela solenidade, a artista apareceu no festival em clima mais descontraído, em um show que também celebrou seus 60 anos de carreira.

ROCK IN RIO

Enquanto Bethânia fazia o “L” para Lula em São Paulo, Daniela Mercury protagonizava outra manifestação política no Rock in Rio, no Rio de Janeiro.

Durante sua participação no show dos Gilsões e do Odium, no Palco Sunset, no sábado (12), a cantora levou ao palco uma pessoa fantasiada de cavalo preto, em uma referência direta a Dark Horse, filme sobre Jair Bolsonaro. O personagem distribuiu notas de dinheiro falsas para o público durante a apresentação.

Alice Portugal cobra a investigação sobre relação entre ACM Neto e Vorcaro

A deputada federal Alice Portugal (PCdoB) cobrou uma investigação sobre a relação entre o ex-prefeito de Salvador ACM Neto e o banqueiro Daniel Vorcaro, após o empresário citar o político em uma proposta de delação apresentada à Polícia Federal. O acordo foi rejeitado pela PF e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e não chegou a ser homologado.

“A citação de ACM Neto na delação de Daniel Vorcaro não pode ser tratada como algo menor. Diante de qualquer suspeita envolvendo agentes públicos, o caminho precisa ser um só: apuração séria, rigorosa e independente”, afirmou Alice Portugal.

“Não há espaço para acordos de bastidor nem para a velha política tentando se apresentar como novidade. Quem deve explicações, que explique. E que as instituições cumpram seu papel, investigando tudo até o fim. A Bahia quer transparência já!”, completou a deputada.

Segundo reportagem dos colonistas do UOL Cézar Feitoza, Fábio Serapião e Natália Portinari, Vorcaro afirmou, na proposta de colaboração, que ACM Neto e Antônio Rueda teriam recebido 10% dos valores investidos por institutos de previdência estaduais no Banco Master.

De acordo com o relato do banqueiro, os dois dirigentes do União Brasil teriam ajudado a captar cerca de R\$ 2 bilhões para o banco. A taxa de 10% mencionada na proposta corresponderia a R\$ 200 milhões em vantagens. As acusações envolvem investimentos do Rioprevidência, no Rio de Janeiro; da Amprev, no Amapá; da Amazonprev, no Amazonas; e da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

A proposta de delação, no entanto, foi rejeitada pela Polícia Federal e pela PGR por falta de informações consideradas inéditas e pela ausência de garantias para a devolução de valores oriundos das fraudes investigadas. Vorcaro tenta retomar as negociações, mas não conseguiu avançar até o momento.

BILHÕES DESVIADOS

Na proposta, Vorcaro afirmou que ACM Neto e Rueda atuaram para favorecer investimentos de institutos de previdência estaduais e outras instituições no Banco Master. Segundo o banqueiro, os dois receberiam 10% dos valores aplicados como vantagem.

Vorcaro citou investimentos do Rioprevidência, da Amprev, da Amazonprev e da Cedae. Segundo ele, o Master teria captado R\$ 2 bilhões por meio dessas movimentações, o que representaria R\$ 200 milhões pela alíquota mencionada na proposta.

O documento, porém, não informa quanto teria sido efetivamente pago aos dois políticos.

A reportagem do UOL aponta que os quatro investidores aplicaram cerca de R\$ 3,62 bilhões no Master, valor diferente dos R\$ 2 bilhões citados por Vorcaro, sem explicar a divergência.



Reprodução/Youtube

Marina Silva em encontro com mulheres

“Extrema direita não tem nenhum compromisso com a segurança das mulheres”

O Fórum Direitos Já pela Democracia reuniu, no último sábado (12), em São Paulo, um encontro de mulheres com o candidato ao governo Fernando Haddad (PT) e as candidatas ao Senado Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), além de apoiadores e representantes de movimentos sociais. O ato representou um verdadeiro chamado à mobilização para barrar o avanço da extrema-direita e a ameaça aos direitos conquistados das mulheres.

Em sua fala, Haddad destacou um dos pontos mais críticos em relação à segurança das mulheres em São Paulo, que vem apresentando recordes de casos de feminicídio.

“Como é que isso não está no topo das prioridades do estado? Como é que isso não tem um gabinete de crise para resolver, permanentemente acionado, para ver como é que vai ser? Como é que não tem um pronunciamento na televisão chamando a responsabilidade das pessoas?”

Como é que não tem uma central de denúncia dos mínimos indícios de violência doméstica?

E agora esses abusos sexuais que estão acontecendo, também batendo recordes em geral em relação a mulheres menores de idade. A situação é grave e não adianta, na TV, se apresentar retoricamente como é que você vai resolver se você não tiver um compromisso de vida com aquilo.

E eu vou dizer para vocês, com toda sinceridade: a extrema direita não tem compromisso com algumas causas e não terá. Não terá, porque é da essência da extrema direita, sem isso ela não é uma extrema direita, negar esses direitos. Negar o direito das mulheres é da essência da extrema direita. Isso não é casual. Não é uma extrema direita que haja sim e outra não. Todas agem da mesma maneira.

Vocês são uma ameaça para a extrema direita. Essa é a verdade. Tem gente nos Estados Unidos defendendo seriamente o fim do voto feminino. A maior democracia, aquela que serviu de exemplo, tem hoje núcleos defendendo o fim do voto feminino. Isso é sério.

“Já teve gente aqui no Brasil ameaçando imitar a moda para ver se pega. E assim as coisas vão no comportamento, no trabalho, na maneira de julgar aquilo que alguém disse aqui.”, afirmou Haddad.

MARINA: AMEAÇA À SOBERANIA É PARA TOMAR O QUE É NOSSO

Em sua fala, Marina Silva defendeu a união em torno da democracia, destacando que democracia se realiza em muitas coisas, como “pessoas pobres entrarem na universidade; democracia é uma pessoa não ter que se submeter a uma relação indigna de trabalho, porque a única forma de ter alimento e de ter como criar seus filhos é conseguindo trabalhar em qualquer coisa, mesmo que aquilo seja indigno; democracia se realiza quando aqueles que podem mais pagam mais e aqueles que não podem não pagam imposto. E é isso que a gente fez quando o presidente Lula, o ministro da Fazenda e a ministra do Planejamento trabalharam para que quem ganha até R\$ 5.000 não tenha que pagar imposto. Isso é democracia.”

“E soberania, que parece muito abstrata, não é isso? Soberania é respeitar a autodeterminação dos povos. É isso que a gente aprende. Mas a gente aprende também quando a autodeterminação está sendo ultrajada.

Quando um país, porque tem bomba atômica, porque é muito poderoso, decide que vai taxar os outros países de forma arbitrária, como fez com o Brasil, primeiro em 50%, agora em 25%, tirando 11 bilhões de dólares da economia do Brasil e tirando 4 bilhões da economia de São Paulo, atacando a indústria do calçado, a indústria de autopeças, a indústria de caldeiras, o agronegócio, o etanol. Isso é interferir na soberania, porque isso, além de nos ultrajar, nos dá uma mensagem: nós podemos também pegar a floresta de vocês, a biodiversidade de vocês, o agro, as terras raras, os minerais críticos de vocês, porque nós podemos mais”.

“ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO”

Durante o ato, Simone Tebet afirmou que as mulheres não vão ficar em casa, neste que é o momento mais “decisivo da nossa história”. “Vamos nos mobilizar, porque eles não estão dormindo.”

“Olha o que eles fizeram com o caso do Banco Master, o maior escândalo de corrupção da história do sistema financeiro do Brasil, carimbado na testa de Flávio Bolsonaro, que pediu R\$ 130 milhões de reais para um filme fajuto, de uma história absolutamente desacreditada, daquele que foi o pior presidente da história desse país, que matou gente ao negar vacina no braço do povo brasileiro.

Um filme que não custaria, ou vai custar, R\$ 3 milhões de reais e, numa triangulação, mandou dinheiro para fora para lavar dinheiro e voltar para a campanha dele. E eles conseguiram inverter a narrativa. E só agora nós conseguimos mostrar, com a quebra do sigilo absoluto dos inquéritos, que quem está com o nome lá no inquérito para ser investigado, inclusive por organização criminosa e corrupção, chama-se Flávio Bolsonaro.

Olha como eles sabem manipular a mente das pessoas. Olha como eles são capazes, porque eles jogam sujo. Eles não têm compromisso com a democracia, com a verdade, com as famílias. Eles jogam sujo porque eles não precisam estar olhando no olho, olho no olho. Eles fazem campanha pela tela do celular, que cabe tudo. Pode tudo. E nós temos que lidar com esse tipo de gente nessas urnas.

Se nós quisermos ter o Brasil dos nossos sonhos efetivamente realizados a partir de janeiro de 2027, 2026 será a eleição mais difícil e importante da história das nossas vidas”, afirmou Tebet.

O coordenador do Direitos Já, Fernando Guimarães, ressaltou a importância do encontro como espaço de diálogo e articulação em defesa da democracia. Já Ana Estela Haddad afirmou que o ato poderia dar origem a uma mobilização mais ampla. “Nós estamos criando hoje aqui uma onda, uma onda que vai tomar São Paulo, que vai tomar o Brasil para que a gente resgate a nossa democracia”, disse.

Leia a íntegra em horadopovo.com.br

CTB



Ronaldo Leite, presidente interino da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

Celso Tavares/G1



Em manifesto, Centrais Sindicais reafirmam defesa da democracia e cobram respeito à Constituição

As Centrais Sindicais divulgaram, nesta quinta-feira (10), manifesto exigindo transparência e respeito à Constituição em reação às decisões envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF), após o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência, Leandro Almada, pelo ministro André Mendonça.

No documento, as entidades questionam a divulgação seletiva de informações e cobram uma resposta colegiada da Corte, além de apuração célere e independente dos fatos. As centrais também alertam para os riscos de interferências políticas nas instituições e afirmam que a democracia deve prevalecer sobre interesses pessoais ou eleitorais.

Confira, a seguir, a íntegra do manifesto:

As Centrais Sindicais manifestam preocupação com a escalada da crise institucional envolvendo o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Polícia Federal. O momento exige firmeza, transparência e absoluto respeito à Constituição.

Vazamentos seletivos, divulgação fragmentada de informações e critérios distintos de celeridade alimentam suspeitas de seletividade e comprometem a confiança nas próprias investigações.

Não é a primeira vez, na história recente, que os brasileiros assistem ao uso do sistema de Justiça para fins políticos e eleitorais. O resultado dessa prática foi

a instabilidade política e a ameaça à democracia.

É inaceitável que ministros, dos quais se esperam condutas exemplares no exercício do cargo, utilizem suas posições para proteger interesses pessoais, perseguir grupos políticos ou interferir, ainda que indiretamente, no processo eleitoral.

Além de prejudicar o direito soberano do povo de decidir os rumos do país, manipulações dessa natureza expõem o Brasil como uma sociedade vulnerável a ingerências estrangeiras — algo ainda mais preocupante diante da ascensão de governos extremistas em diferentes partes do mundo.

Diante da gravidade da situação, é necessária uma reação imediata do STF. Cabe ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, assegurar uma resposta colegiada e contribuir para o restabelecimento da confiança no Tribunal.

Os fatos e as responsabilidades precisam ser apurados de forma célere, independente e transparente. É preciso que se faça quebra integral dos sigilos, para que as informações sejam apresentadas sem recortes ou vieses. Com respeito ao devido processo legal e sem antecipação de culpa, os investigados devem ser cautelarmente afastados sempre que sua permanência na função puder comprometer as apurações.

É urgente garantir a independência, a autoridade e a credibilidade do STF, da Polícia Federal, da Advocacia Geral da União e das demais

instituições da República. O pleno funcionamento dessas instituições é expressão de uma democracia saudável e ativa. Foram elas que garantiram, por exemplo, a soberania das urnas e a normalidade constitucional em 2022.

Em nome dos trabalhadores brasileiros, cobramos verdade, transparência, imparcialidade e estabilidade institucional. A democracia brasileira é maior do que qualquer interesse pessoal, político ou eleitoral e deve estar acima de todos eles.

São Paulo, 10 de setembro de 2026

Sérgio Nobre – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Miguel Torres – Presidente da Força Sindical
Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
Ronaldo Leite – Presidente interino da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
Antonio Neto – Presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB)
Sônia Maria Zerino da Silva – Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
Nilza Pereira – Secretária-Geral da Intersindical – Central da Classe Trabalhadora
José Gozze – Presidente da Pública Central do Servidor
Luiz Arraes – Coordenador-Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST)



Por Ronaldo Leite, presidente interino da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

Nesta reta final da campanha eleitoral presenciemos uma crise institucional deliberadamente provocada pelo ministro bolsonarista do STF, André Mendonça, com o propósito de criar um ambiente de caos no cenário político nacional para acobertar e favorecer o candidato da extrema direita à Presidência, Flávio Bolsonaro.

Relator do inquérito que apura os repasses bilionários do banqueiro Daniel Vorcara para Flávio Bolsonaro, Mendonça chegou ao ponto de afastar de seus cargos por liminar o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e o diretor de Inteligência da corporação, Leandro Almada, extrapolando suas prerrogativas e invadindo as competências do Poder Executivo.

E preciso observar que os dois dirigentes da Polícia Federal foram os responsáveis, entre outros feitos, pela prisão do banqueiro Vorcara; pela operação Carbono Oculto, contra uma rede bilionária de lavagem de dinheiro, fraude fiscal e adulteração de combustíveis ligada ao crime organizado, pelas prisões do “Careca do INSS” e dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

O objetivo mal disfarçado do ministro bolsonarista foi frear as investigações contra o candidato da extrema direita à Presidência. Ao mesmo tempo, ele busca desmoralizar o ministro Alexandre Moraes, responsável pela prisão do golpista Jair Bolsonaro, expondo e explorando suas relações com o dono do banco Master. Uma conduta que divide e compromete a credibilidade do Supremo Tribunal Federal.

O ministro Flávio Dino reagiu à manobra ilegal de André Mendonça, anulando sua liminar e devolvendo os cargos aos diretores da PF, alegando que a decisão do colega interfere no andamento do inquérito sob sua relatoria que investiga se a produtora Go Up Entertainment usou emendas parlamentares para bancar a produção do filme sobre Jair Bolsonaro.

Diante do impasse, o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, decidiu suspender a decisão de Mendonça e também determinou a retirada do sigilo das investigações do caso Master.

Desse modo, o STF virou palco de uma acirrada luta política que tem por pano de fundo as eleições de outubro, que serão decisivas para o futuro da democracia, da soberania nacional, bem como dos direitos

tos, conquistas e demandas da nossa classe trabalhadora.

É fundamental compreender que a ação de Mendonça, golpista e ilegal, não é fato isolado. Ocorre nos marcos da disputa eleitoral polarizada e integra um plano ardiloso da extrema direita para favorecer Flávio Bolsonaro, instalar o caos institucional e derrotar o presidente Lula.

Forças poderosas agem nos subterrâneos com esta finalidade, incluindo os neofascistas abrigados no governo Trump, que acoitam o foragido Eduardo Bolsonaro e a quem o vende-pátria Flávio Bolsonaro já prometeu entregar nossas terras raras e minerais críticos.

Com a retirada do sigilo do Caso Master, já veio a público que Flávio Bolsonaro, o senador das rachadinhas, é investigado pela Polícia Federal por lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção no inquérito aberto no STF para apurar o financiamento do filme ‘Dark Horse’. O candidato da extrema direita recebeu ao menos R\$ 65 milhões do hoje presidiário Daniel Vorcara no bojo da maior fraude financeira e bancária da história do Brasil.

Para que os fatos sejam devidamente conhecidos pela sociedade, o presidente do STF tomou nova decisão nesta sexta-feira (11) determinando a quebra total e não apenas parcial (como fez Mendonça) do sigilo das investigações do caso Master, acatando recomendação da Procuradoria Geral da República e indo ao encontro de um apelo do presidente da República.

A CTB denuncia as manobras golpistas da extrema direita protagonizadas pelo ministro André Mendonça, que a exemplo da maldadada Operação Lava Jato procura transformar o Poder Judiciário num instrumento político das forças reacionárias. É imperioso ampliar a mobilização social para deter a ofensiva do neofascismo, desmascarar as falsas narrativas que os bolsonaristas propagam pelas redes sociais com apoio das big techs e derrotá-los nas urnas.

A reeleição do presidente Lula, neste contexto, adquire importância estratégica para a preservação da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais conquistados pelo povo brasileiro, além de favorecer a luta contra o imperialismo por um novo projeto de desenvolvimento nacional. As lideranças classistas devem redobrar os esforços para garantir a vitória das forças democráticas e progressistas em todas as esferas da batalha eleitoral.

Fórum de Mulheres das Centrais: “Ocupar as ruas contra ameaça aos nossos direitos”

Em entrevista exclusiva

ao HP, Maria Auxiliadora, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Brinquedos de SP, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres e Gênero da Força Sindical e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres das Centrais, declarou que “a defesa da democracia e da soberania nacional é o único caminho para garantia dos direitos conquistados a muito custo”.

A dirigente falou das ameaças às conquistas das mulheres em curso, caso a extrema direita volte a governar o país e reforçou a importância da mobilização de rua nessa reta final da campanha. Leia, a seguir, a instigante entrevista:

HP – O movimento “Direitos já!”, em São Paulo, está marcando uma caminhada, com a meta reunir 50 mil mulheres, anunciada por Estela Haddad, esposa do candidato a governador Fernando Haddad. O que você acha da iniciativa?

Auxiliadora – Eu acho que um movimento com 50 mil mulheres, em São Paulo, é o voto da virada. É o voto que vai garantir a vitória ao Lula no nosso estado. São as mulheres, principalmente as trabalhadoras, que vão para as cabeças. Isso é muito importante e vamos jogar tudo nessa mobilização. Será nossa prioridade.

HP – Existe um interesse especial da mulher operária na vitória de Lula. O que elas têm a ganhar, ou, em

caso contrário, a perder?

Auxiliadora – É o caminho para garantir os direitos que conquistamos a muito custo. Existe um interesse muito grande das mulheres operárias na vitória do Lula. E por quê? Porque garante a aplicação da lei do salário igual. E um ‘não’ à discriminação, contra o assédio moral e sexual no local de trabalho.

HP – Você acredita que realmente a soberania nacional corre algum risco nessas eleições?

Auxiliadora – Nós temos que defender a soberania nacional, defender a democracia. Defender ‘não ao golpe’. Esse pessoal da extrema direita, se ganhar, vai dar o golpe no Brasil. E numa ditadura quem mais sofre são as mulheres, principalmente as mulheres trabalhadoras mães.

HP – Você crê que a luta feminista pode contar com o apoio dos companheiros?

Auxiliadora – Vamos estar juntos, homens e mulheres. E são as mulheres quem mais defendem as creches para nossas crianças, a saúde e o SUS para nossa família. Defendemos moradia decente, a educação em período integral para nossos filhos. Por tudo isso, é nossa prioridade. São as Mulheres na rua que vão garantir a vitória em São Paulo e no Brasil. Lula vai dar continuidade às nossas conquistas, ao que ele já fez e tudo que fará, com nosso apoio, para toda sociedade brasileira. Então, as trabalhadoras têm que ir para rua e chamar todos os paulistas.

C.P



Com trama derrotada, Trump xinga juízes

Suprema Corte dos EUA barra compra de votos armada por Donald Trump

O presidente dos EUA, Donald Trump, está furioso com a recente decisão da Suprema Corte americana, que barrou na segunda-feira o pedido de Trump de revogar uma decisão de um tribunal inferior que o impediu de impor restrição a votos por correio para as eleições de meio mandato nos EUA.

Trump, em postagem nas redes sociais na terça-feira, criticou os próprios juízes que ele nomeou para Suprema Corte dos EUA, por várias decisões recentes contrárias à política de seu governo.

TRUMP RECORRE A XINGAMENTOS

“Essas não são as pessoas que entrevistei para servir na Suprema Corte dos Estados Unidos; elas são apenas uma sombra do que eram”, postou.

Além da decisão da votação pelo correio, a suprema corte de lá decidiu que Trump não tem autoridade para impor tarifas globais e outra decisão dos juizes americanos foi a de manter o direito à cidadania universal por nascimento, decisões que Trump classificou como “traíções”.

A decisão da Suprema Corte dos EUA permite que os estados americanos continuem a enviar cédulas de votação pelos correios como sempre fizeram para um terço dos eleitores americanos. Somente nas eleições presidenciais de 2024, cerca de 30% dos eleitores nos EUA votaram pelos correios.

O juiz Brett Kavanaugh, nomeado por Trump, fez a observação de que a medida de Trump pode ser legal, mas somente a longo prazo, indicando que ele pode vir a votar a favor de Trump futuramente. De acordo com Kavanaugh, “os funcionários eleitorais estaduais e locais não têm tempo suficiente para implementar a regra de forma razoável antes da eleição”.

As autoridades americanas responsáveis pelas eleições nos EUA comunicaram que não têm como fazer uma reformulação em um tempo tão curto a semanas que antecedem as eleições de meio mandato nos EUA.

ESTADOS JÁ ENVIAM CÉDULAS

Os estados do Alabama, Carolina do Norte e Wisconsin nos últimos dias já enviaram cédulas de votação pelos correios para os eleitores.

Trump, assim como Bolsonaro aqui no Brasil, sempre tentou levantar dúvidas quanto à confiabilidade do sistema de votação americano, fazendo acusações sem evidências de que houve fraude. A decisão da Suprema Corte de manter a votação por correio foi uma grande derrota para o presidente americano.



Perda para EUA, Israel e sauditas

Revolucionários do Iêmen tomam cidade próxima ao estreito de Bab El Mandab

A tomada, pelos revolucionários iemenitas, da cidade portuária de Al-Mokha, que fica no sudoeste do Iêmen, no Mar Vermelho perto do estreito de Bab el-Mandeb, coloca o grupo rebelde muito perto de assumir o controle do estreito.

ESTRATÉGICO

Al-Mokha é um ponto estratégico que pode favorecer muito as forças revolucionárias iemenitas – que já ocupam grande parte do Iêmen liberado do jugo americano-saudita, inclusive a capital Sanaa – e podem impor um bloqueio marítimo no Estreito de Bab al-Mandeb, uma rota comercial importante para a exportação de petróleo da Arábia Saudita, ainda mais sob o fechamento do Estreito de Ormuz, no Golfo Pérsico.

Em uma entrevista para o site de notícias britânico Middle East Eye, Corey Ranslem, CEO do grupo de segurança marítima Dryad Global, disse que essa vitória dos revolucionários da organização Ansarallah (denominados pela mídia ocidental de houthis) “os coloca um passo mais perto de ter o controle total do Estreito de Bab el-Mandeb”.

“Acho que será mais fácil para os houthis exercerem controle em Bab

el-Mandeb do que para o Irã no estreito de Ormuz, porque os EUA não têm recursos militares tangíveis na área”, disse.

O Ansarallah está em guerra contra as forças lideradas pelos sauditas, que têm o apoio dos americanos e israelenses, que por sua vez estão em guerra contra o Irã, aliado do Ansarallah.

A vitória dos revolucionários mostrou uma capacidade logística surpreendente: depois de um intenso combate contra as forças leais aos sauditas, além de tomarem Al-Mokha avançaram ainda mais: posicionando tropas nas Ilhas Hanish, no meio do Mar Vermelho, e tomam a ilha de Zuqar depois de um ataque de foguetes coordenado com uma invasão com forças terrestres transportadas por barcos.

BASES MILITARES

Os rebeldes também tomaram as instalações militares ao redor de Al-Mokha, como o Campo Jabal al-Nar, principal quartel-general das forças leais aos sauditas que operavam na costa oeste do Iêmen.

As Forças AnsarAllah também apreenderam um lote de armamentos e veículos militares blindados sauditas no porto de Al-Mokha.

“Nasce novo mundo avesso a categorias coloniais”, diz Putin na cúpula do Brics



Representantes dos países do BRICS reunidos em Nova Délhi

Ministro de Israel quer cassar cidadania aos diretores de filme que acusa genocídio em Gaza

Os criminosos que dirigem tanto o Estado de Israel quanto suas forças militares – que vêm tentando esconder seus crimes assassinando perto de 300 jornalistas ao longo destes anos de agressão a Gaza e agora ao Sul do Líbano – prorromperam em declarações histéricas e ditatoriais assim que o filme NAZA, que denuncia a chacina, recebeu Prêmio Especial do Juri na Bienal de Veneza.

“Agirei imediatamente para revogar a cidadania israelense desses criadores desprezíveis, sob a acusação de traição contra o Estado”, disse o ministro da Cultura do governo de Netanyahu.

O tal ministro da “Cultura” de Israel, Miki Zohar, projetou sua desumanidade sobre os diretores de NAZA: “O ódio profundo que os criadores sentem por si mesmos e a sua disposição em prejudicar a sua pátria para receber aplausos de antisemitas em todo o mundo é incompreensível e constitui uma traição ao Estado”, postou na rede social X, no domingo, como se não fossem exatamente os crimes de Israel, os maiores estimuladores do antisemitismo hoje em dia.

Zohar também chamou o documentário de “vil” e disse que sua vitória no Festival de Veneza é “chocante”.

Pelo mesmo caminho foi o chefe do Estado Maior do exército genocida israelense acusando os diretores de “difamação falsa, manipuladora e sem fundamento, não uma crítica legítima, mesmo que receba aplausos hipócritas”.

Depois de toda essa bile, o general Eyal Zamir, ao invés de prometer investigar os crimes que o filme denuncia, passou a ameaçar os diretores com uma “investigação”



Yuval e Rachel, diretores do premiado documentário

sobre como e onde obtiveram as informações – supostamente sigilosas – divulgadas nele.

Nada disso intimidou os diretores do NAZA que declararam ao jornal Haaretz: “Nossa intenção é distribuir o filme em Israel”.

“Faremos de tudo para que o filme, que revela em detalhe os sistemas por trás do calculado assassinato em massa de civis palestinos em Gaza, seja visto o mais amplamente possível pelos israelenses”, acrescentam.

O documentário, ovacionado no 83º Festival de Cinema de Veneza, traz os diretores Yuval Abraham e Rachel Szor entrevistando 24 oficiais dos serviços secretos de Israel e soldados que participaram no genocídio de palestinos em Gaza.

ASSASSINATOS EM MASSA

Os entrevistados prestaram depoimentos de como funciona o sistema que agora usa inteligência artificial para cometer assassinatos em massa de palestinos e de como os alvos são identificados para então as forças israelenses realizarem bombardeios remotos e presenciais.

Muitos desses ataques aconteceram mesmo com os oficiais

cientes que um grande número de civis palestinos seriam mortos. Um dos entrevistados relatou como as mortes de até 500 civis palestinos foram consideradas aceitáveis para os israelenses, sob pretexto de atingir um único membro do Hamas.

O chefe do Estado Maior, Eyal Zamir, ainda mentiu para esconder o crime, dizendo que aquilo que chama de Exército de Defesa de Israel (IDF, iniciais em hebraico) “faz um esforço superior para manter a proporcionalidade e reduzir ao máximo o dano a inocentes”.

E o que diz, na maior cara de pau, após o assassinato de perto de 79.000 palestinos, a maioria mulheres, idosos e crianças. O general prossegue chamando o massacre intencional de Israel – inclusive revelando a intenção de, como diz o ministro da Segurança, Benny Gantz, expulsar 2,3 milhões de Gaza – de “profissionalismo e responsabilidade, com humildade e verdade, fieis aos valores do IDF e à lei”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Iranianos capturaram o drone submarino americano, Dive-LD

A mídia estatal do Irã comunicou a captura de um submarino não tripulado americano, o Dive-LD, pelas forças iranianas. O drone americano capturado na terça-feira, 8, foi rastreado e interceptado pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) perto do Estreito de Ormuz.

O drone Dive-LD é um veículo submarino autônomo (AUV, sigla em inglês) fabricado pela empresa americana Anduril Industries e com a capacidade de operar submerso por até 10 dias e atingir uma profundidade de até 6 quilômetros.

O fiasco da captura da nave dos EUA expõe aquela que consideravam uma das armas mais avançadas da marinha. O submarino não tripulado tem 5,8 metros e de acordo com a Anduril tem a capacidade de realizar missões de contramedidas de minas, fazer mapeamento do fundo do mar, coleta de informação e averiguar infraestrutura submersa como dutos e cabos.

“A Marinha da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC) divulgou imagens do veículo submersível não tripulado da Marinha dos EUA capturado.”

“Encurralamos um dos submarinos não tripulados mais modernos e inteligentes do exército terrorista americano na entrada do Estreito de Ormuz. Este submersível está equipado com as tecnologias mais recentes”, comunicou a Marinha da Guarda Revolucionária na noite de terça-feira.

CHABU NO DRONE

O capitão da Marinha dos EUA e porta-voz do Comando Central dos EUA, Tim Hawkins, tentou



Submarino Dive-LD capturado pelas forças iranianas

minimizar o feito dos iranianos. Em entrevista à revista Newsweek, Hawkins confirmou a captura do drone pelas forças iranianas, que atribuiu a um defeito enquanto operava nas águas da região.

“Estava realizando um levantamento das águas regionais em apoio às operações em andamento. O drone defeituoso era um modelo antigo que não carregava dados sensíveis nem carregava qualquer equipamento de sonar ou radar classificado”, disse Hawkins.

A fabricante Anduril também minimizou a perda do drone: “O Dive-LD é um sistema autônomo descartável, o que significa que foi projetado desde o início para operar em ambientes perigosos onde a perda do veículo é uma possibilidade esperada”, disse a porta-voz da empresa.

De acordo com uma reportagem de 2024 do site de notícias america-

na sobre assuntos de defesa, DefenseScoop, cada unidade do Dive-LD custa cerca de US\$ 2,5 milhões.

A guerra iniciada pelos americanos e israelenses contra o Irã já dura seis meses e começou quando as forças os agressores atacaram alvos no território iraniano em 28 de fevereiro, resultando em uma carnificina que matou parte da liderança iraniana e civis, como o bombardeio no primeiro dia contra uma escola em Minab, no sul do Irã, matando cerca de 168 civis, na maioria crianças.

Para os americanos, a investida de Trump contra o Irã se mostrou desastrosa. Instalações americanas estão sob ataque dos iranianos, prum duro golpe na presença militar americana na região com bombardeios de bases americanas no Catar, Kuwait, Emirados Árabes, Bahrein e Jordânia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

A Declaração se manifesta contra a escalada do bloqueio dos EUA contra Cuba, que inclui até mesmo o corte do fornecimento de petróleo

Presidente Xi chama países do bloco a vanguardar a construção do mundo multipolar.

Contribuição do BRICS para o crescimento global já supera o G7: 40% a 26%. O mundo multipolar está nascendo “apesar da contrariedade dos que se acostumaram a pensar em categorias coloniais e a viverem às custas dos outros”, diz Putin

“Os BRICS atingiram a idade adulta”, afirmou o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, anfitrião da histórica cúpula de Nova Délhi, a 18ª, cuja declaração final apontou o Sul Global como “o motor da mudança e do multilateralismo”, convocando à paz, a uma ordem internacional mais representativa e justa e ao desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo.

Inicialmente integrado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o BRICS inclui desde o ano passado também Irã, Indonésia, Etiópia, Egito e Emirados Árabes Unidos. No assim chamado BRICS ampliado, participam ainda os Estados parceiros: Cuba, Vietnã, Nigéria, Uganda, Malásia, Tailândia, Cazaquistão, Bielorrússia, Uzbequistão e Bolívia.

Presentes o presidente chinês Xi Jinping; seu homólogo russo Vladimir Putin; o chanceler brasileiro Mauro Vieira, representando o presidente Lula; o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa; o presidente do Irã vitorioso sobre a agressão americano-israelense, Masoud Pezeshkian; o presidente egípcio Abdel Fattah el-Sisi; o presidente da Indonésia Prabowo Subianto; o primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed; e o príncipe herdeiro emiradense Khalid bin Mohamed bin Zayed Al Nahyan.

Na reunião ampliada no domingo, participaram ainda o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, o primeiro-ministro do Vietnã Le Minh Hung, o vice-presidente da Nigéria Kashim Shettima, o primeiro-ministro malaio Anwar Ibrahim e o presidente do Cazaquistão Kassyn-Jomart Tokayev, entre outros.

Foi a primeira vez em sete anos que o presidente Xi Jinping visitou a Índia, com a mídia registrando a calorosa recepção de parte de Modi. Já o presidente Putin, segundo um analista indiano, o ex-embaixador M. K. Bhadrakumar, teve uma recepção de “estrela de rock”, marcando o estreitamento dos tradicionais laços russo-indianos.

“Em meio ao colapso da velha ordem, a voz do BRICS deve se elevar em defesa de um multilateralismo renovado e legítimo”, afirmou o chanceler brasileiro. “O Brasil está convencido de que não podemos alcançar esses objetivos sem reformar a arquitetura da governança global, tendo o Sul Global como principal impulsionador desse processo”.

Com o Irã, como membro pleno do BRICS, tendo sofrido a agressão americano-israelense à nação persa, a Declaração manifestou “profunda preocupação” com a escalada e pediu “máxima contenção”, apesar de não nomear os agressores.

A margem da cúpula, o presidente Pezeshkian e o príncipe dos Emirados Árabes se reuniram pela primeira vez desde o começo da guerra. Pezeshkian afirmou que a Ásia Ocidental não precisa dos EUA como uma “polícia regional” e defendeu que a segurança e integridade territorial da região sejam garantidas pelos próprios países que a integram.

A CARTA

A Declaração de Nova Délhi foi aprovada por unanimidade, sob o lema “Construindo para a resiliência, inovação, cooperação e sustentabilidade”, com 140 pontos.

O documento reafirma o compromisso com “o espírito do BRICS, pautado no respeito e entendimento mútuos, na igualdade soberana, na solidariedade e democracia, na abertura e inclusão, no aprofundamento da cooperação e no consenso”.

É reafirmado, ainda, “seu compromisso solene com o multilateralismo e o avanço da multipolaridade”, no quadro do direito internacional e da Carta da ONU e mantendo o papel central das Nações Unidas no sistema internacional.

Assim como “seu respeito pela diversidade de condições

nacionais, sistemas e trajetórias de desenvolvimento de todos os países e, com base na cooperação mutuamente benéfica, com a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade”.

Mesmo sem citar o destinatário – Trump, quem mais seria? – o documento questiona “o aumento das medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais que distorcem o comércio e são incompatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC)”, rejeita as sanções econômicas unilaterais e sanções secundárias e pleiteia uma participação mais significativa dos países da África, Ásia, América Latina e Caribe, “nos processos e estruturas globais de tomada de decisão”.

Sem falar de desdolarização, a Declaração também confirma o trabalho em curso de desenvolvimento de pagamentos transfronteiriços – ou seja, conexão de sistemas como o PIX brasileiro, o UPI indiano, o SPFS russo ou o CIPS chinês – e liquidações em moedas nacionais, bem como o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco dos BRICS. Parte expressiva do intercâmbio comercial entre as principais nações dos BRICS já é nas moedas nacionais.

Os BRICS reafirmaram seu compromisso com a reforma do Conselho de Segurança da ONU para torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente, e para aumentar a representação dos países do Sul Global no CS. Também reconheceram as legítimas aspirações do Brasil, Índia e África ao Conselho de Segurança.

Outras importantes questões, a Inteligência Artificial, os minerais críticos – matérias-primas fundamentais para setores como energia, eletrônicos, veículos elétricos e novas tecnologias – e a nova industrialização também foram destacadas.

BRICS defende a criação de um Estado palestino soberano e independente nas fronteiras internacionalmente reconhecidas de 1967, com Jerusalém Oriental como capital, e se opõe a qualquer deslocamento forçado da população palestina. O documento também ressalta o processo aberto pela África do Sul contra Israel e o genocídio que Israel comete em Gaza.

No próximo ano, a China assumirá a presidência do BRICS e sediará a 19ª Cúpula do bloco, inaugurando, nas palavras do presidente Xi, “a terceira” década de ouro’ da cooperação do BRICS e, em conjunto, construindo uma perspectiva promissora de prosperidade e progresso.”

SABOTAGEM

O presidente russo observou que “a formação do mundo multipolar não é sem dificuldades, se depara com resistências daqueles que estão acostumados a pensar em categorias coloniais, essencialmente dividindo o mundo entre um jardim florido e uma selva selvagem e vivendo à custa dos outros”.

“Eles não estão prontos para aceitar a realidade em mutação e buscar restringir competidores de todas as formas possíveis. Todos os meios são usados, inclusive guerras comerciais, sanções ilegítimas, tentativas de diktats econômicos, chantagem, interferência em assuntos internos, ou simplesmente força bruta”.

“Velhos pontos de tensão estão sendo influados, mais e mais novos conflitos e desentendimentos estão sendo provocados e como resultado, o sistema inteiro de relações internacionais acaba falhando. E a efetividade das estruturas e instituições multilaterais está declinando”.

No fórum empresarial preliminar, Putin havia grandeado aplausos da plateia ao destacar que os países do BRICS já contribuíam mais para a economia global que o G7.

“Nos últimos cinco anos, os países do BRICS produziram mais de 40% do PIB global”, disse Putin. “O chamado G7 (os 7 grandes) representa apenas 29%, e eu não sei por que eles ainda usam a palavra ‘grande’ para se referirem a si mesmos”.

“Quando falamos sobre o crescimento econômico global durante o mesmo período, vemos que mais da metade do crescimento foi impulsionado pelos países do BRICS, enquanto o G7 representou apenas 18%”, prosseguiu o dirigente russo.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Foto extraída de vídeo do WSJ

Aviões são destruídos no solo da base “Irã destruiu base americana no Bahrein”, admite secretário da Marinha dos EUA

“Eles destruíram base no Bahrein completamente”, o secretário interino da Marinha dos EUA, Hung Cao, admitiu em uma entrevista ao The Epoch Times em 9 de setembro, se referindo aos ataques iranianos à Base de Apoio Naval do Bahrein, que abriga o quartel-general da Quinta Frota dos EUA e o Comando Central das Forças Navais.

O Irã começou a atacar bases americanas na região em resposta aos ataques coordenados dos EUA e Israel contra alvos em território iraniano em 28 de fevereiro. Mais de 20 bases americanas localizadas em vários países do Oriente Médio, na Jordânia, em Bahrein, Catar, Arábia Saudita e Kuwait, foram alvo das forças iraniana causando bilhões de dólares em danos em equipamentos e infraestrutura militar dos americanos.

De acordo com relatos de funcionários do Pentágono em março, somente os seis primeiros dias da agressão americana contra o Irã, custaram para os cofres do governo americano mais de US\$ 11,3 bilhões e segundo uma reportagem de agosto da CBS News, as forças armadas dos EUA já gastaram praticamente todo seu estoque de mísseis de precisão de longo alcance.

Em resposta à admissão de Cao, o ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, postou nas redes sociais uma nota de agradecimento pela honestidade do americano: “Agradecemos a franqueza do secretário interino da Marinha, Hung Cao”, disse.

“Nossas poderosas Forças Armadas de fato ‘destruíram completamente o quartel-general da 5ª Frota no Bahrein’, assim como outras bases que apoiam a agressão dos EUA”, postou Araghchi. “O povo americano merece algo melhor do que arcar com os custos das guerras de Israel.”

Agora os americanos estão avaliando o que fazer para manter a presença das forças americanas no Oriente Médio depois do desastre das Operação Epic Fury, como membros do governo de Trump batizaram a agressão contra o Irã. Ao ser questionado do retorno das forças americanas, Cao disse que eles ainda estão analisando.

“Tenho um grupo de trabalho que está analisando isso”, disse o secretário interino da Marinha dos EUA.

Outra admissão de Cao foi que os danos causados na base de Bahrein também afetaram as operações do porta-aviões USS Abraham Lincoln que ficou “sem lugar para atracar” depois de passar quase 10 meses no mar.

A admissão de Hung Cao aconteceu depois da declaração em uma reunião pública de 31 de agosto do Chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, o Almirante Daryl Caudle, que disse a um marinheiro que foi deslocado da base de Bahrein para não esperar um regresso a curto prazo.

“Não vamos voltar lá tão cedo”, disse Caudle.



Juan Vabromata/AFP

Em junho, a indústria argentina já estava com 40% de sua capacidade ociosa

“Enviar tropas da OTAN à Ucrânia é guerra com a Rússia”, adverte Putin

O envio de tropas de países europeus da OTAN para a Ucrânia significaria uma guerra direta com a Rússia, advertiu o presidente russo, Vladimir Putin, à margem da cúpula dos Brics em Nova Délhi, falando a repórteres.

“Atualmente, [os líderes europeus] estão dizendo que estão considerando enviar tropas para o território da Ucrânia. Isso significaria uma guerra com a Rússia e, pelo que entendo, os cidadãos dos países europeus percebem o que está acontecendo”.

As elites europeias – salientou – vêm assustando suas populações com uma suposta “ameaça russa” que, segundo elas, remonta à época da União Soviética. “Essa ameaça não existe e nunca existiu”.

Referindo-se às declarações especialmente vindas de Londres, Paris e Berlim, além de sabujos menores, Putin alertou que há forças na União Europeia que “insistem justamente nisso: em algum tipo de mudança”. “Será que querem rever os resultados da Segunda Guerra Mundial?”

Ele destacou, ainda, que essa política contradiz os acordos firmados após a dissolução da União Soviética, contraria os interesses da Rússia e é “incompatível com os princípios fundamentais do direito internacional e com a Carta das Nações Unidas”.

ERROS SISTÊMICOS

“Tudo o que está acontecendo atualmente na Europa como um todo é resultado de erros sistêmicos do chamado Ocidente... dos globalistas ocidentais nas áreas da política, segurança e economia”, acrescentou Putin aos jornalistas.

“Após o fim da Guerra Fria



Alexander Kasakov/Sputnik

Putin é recebido por Modi na Índia durante reunião do Brics

e o colapso da União Soviética, eles se sentiram no topo do mundo. E, aparentemente, acreditaram que podiam fazer o que quisessem impunemente. E que que nunca cometiam erros. E esses erros começaram a se acumular, crescendo como uma bola de neve.”

Ele lembrou que os países ocidentais apoiaram diretamente o separatismo na parte russa do Cáucaso e provocaram a atual crise na Ucrânia. Moscou afirmou repetidamente que a expansão da OTAN para o leste era inaceitável.

Como Putin enfatizou: “Assim que o governo (em Kiev) – repito: por meio de um golpe sangrento – foi derrubado, o objetivo imediato era trazer a Ucrânia para a Otan. E essa foi, em última análise, a verdadeira causa dos trágicos eventos de hoje na Ucrânia.”

Erros que também se deram na esfera da energia, ao excluir o gás russo confiável e barato, que era a

própria base da prosperidade europeia, gerando estagnação e desindustrialização, um verdadeiro tiro no pé.

Sem se imiscuir nos assuntos internos europeus, Putin observou também a crescente insatisfação entre a população europeia com essa direção desastrosa da atual liderança do continente, de que os níveis de desaprovação recordes são reflexo.

PROVOCAÇÃO

“Para onde estão empurrando agora os povos de seus países? Para uma guerra com a Federação da Rússia?”, indagou, enfatizando que os membros da OTAN estão se rearmando e investindo recursos em defesa sob o pretexto da suposta “ameaça russa” já categoricamente rejeitada por Moscou.

Em junho, o próprio Putin havia chamado de “provação deliberada” aos rumores sobre um hipotético ataque russo à Aliança Atlântica. “Que sentido faria para nós atacar a Europa e entrar em guerra com a OTAN?”, questionou.

Com 65% de rejeição, Trump recorre à compra de votos por medo de perder controle do Congresso

Com perspectivas sombrias para os republicanos nas eleições intermediárias de novembro e gasolina a mais de 4 dólares o galão devido à guerra contra o Irã, o presidente Donald Trump decidiu recorrer ao suborno explícito no intento de evitar o desastre que se avizinha, diante da reprovação de 65% ao seu governo.

“Se os republicanos vencerem, você vence conosco e ganha US\$ 5.000”, disse Trump na convenção republicana de Dallas desta quarta-feira (9) prometendo emitir um cheque nesse valor para cada adulto americano, caso o Partido Republicano vença em novembro e mantenha o controle do Congresso.

Nas contas do The New York Times, considerando cerca de 270 milhões de adultos nos EUA, a compra de voto custaria US\$ 1,3 trilhão (R\$ 5,1 trilhões) – no momento em que o país alcançou a marca da dívida de US\$ 40 trilhões. Em suma, uma proposta proibitiva no aspecto econômico, além de absurda sob a lei e a democracia.

“Se os republicanos vencerem a Câmara dos Representantes e o Senado dos EUA, os dois, vou emitir um dividendo de US\$ 5 mil para cada cidadão adulto dos Estados Unidos da América”, mentiu Trump, que intitulou a patranha de “Dividendos Trump”.

Não é a primeira vez que ele

tenta subornar eleitores. Quando impôs seu tarifaço contra o mundo inteiro, ele chegou a anunciar cheques de US\$ 2 mil, que prometeu chegariam “até o final do ano”.

Quando o bilionário fascista Elon Musk encabeçava o desmonte da máquina pública americana sob a farsa do “Departamento de Eficiência Governamental” (DOGE), Trump aventou pagamentos de US\$ 5 mil provenientes do dinheiro supostamente economizado com a eliminação de milhares de empregos federais. Tanto em um caso, quanto outro, o cidadão americano ficou no prejuízo e sem cheque.

Diferentes setores nos EUA se pronunciaram contra o estelionato eleitoral anunciado pelo presidente no “Trumpalooza” – como a convenção republicana vem sendo ridicularizada. Até mesmo o The Wall Street Journal registrou em editorial que “Trump tem uma ponte para te vender por US\$ 5.000”.

Classificando o presidente como “nosso mentiroso patológico-chefe”, o senador Bernie Sanders lembrou casos anteriores de Trump prometendo dinheiro, desde um limite de 10% nas taxas de juros dos

cartões de crédito até 2 dólares por galão de gasolina.

“Depois de te deixar mais doente e pobre com sua guerra, Donald Trump agora quer comprar seu voto com \$5.000 em dinheiro de sangue financiado pelos contribuintes. O homem mais corrupto que já ocupou o Salão Oval”, denunciou o governador da Califórnia, Gavy Newsom.

A governadora de Nova York, Kathy Hochul, enfatizou que “Trump deve aos nova-iorquinos 13,5 bilhões de dólares por suas tarifas ilegais e não pagou. Agora ele está acenando com cheques de \$5.000 se os republicanos vencerem o Congresso. Um suborno de campanha de trilhões de dólares de um cara que não paga as contas”, acrescentou. “Me engane uma vez...”

Lisa Gilbert, copresidente do grupo de fiscalização Public Citizen, disse em um anúncio na quinta-feira que “mesmo para o notoriamente corrupto e sem lei Trump, essa tentativa explícita e desesperada de comprar votos na eleição de novembro é um novo ponto baixo.” Ela denunciou o anúncio como “antitético a todos os princípios da democracia americana”.

Leia íntegra no site do HP

Com Milei, indústria argentina perdeu 90 mil empregos e produção caiu 10%

Desde junho, mais de 700 empresas fecharam, elevando o total para 31.342, principalmente pequenas e médias, que cessaram suas atividades desde que Milei assumiu a presidência em dezembro de 2023

O presidente da União Industrial Argentina (UIA), Martín Rappallini, durante um evento realizado em uma fábrica do Laboratório Elea, apresentou um diagnóstico crítico da situação da atividade industrial no país com a perda de 90 mil empregos assalariados registrados desde agosto de 2023, e exigiu políticas que apoiem as empresas no atual contexto econômico.

Na reunião ocorrida numa das principais empresas farmacêuticas da Argentina, fundada em 1939, com forte atuação em pesquisa, desenvolvimento e fabricação de medicamentos, Rappallini observou que a produção industrial está atualmente 10% abaixo dos níveis registrados em 2022, enquanto alguns setores apresentam quedas entre 25% e 30%.

Em junho, a indústria argentina operava com cerca de 40% de capacidade ociosa. A produção manufatureira caiu 5% entre junho e julho, o maior recuo em 16 meses, segundo dados oficiais divulgados na terça-feira (8).

Agravando a situação, mais de 700 empresas argentinas fecharam nesses meses devido à crise econômica, elevando o total para 31.342 empresas — principalmente pequenas e médias — que cessaram suas atividades desde que Javier Milei assumiu o cargo em dezembro de 2023.

Uma análise do jornal La Nación, com base em dados ajustados sazonalmente do Sistema Integrado de Pensões da Argentina (SIPA), compilados pelo Ministério do Trabalho, confirmou que o número de empregados formais no setor privado caiu em 241.176 entre novembro de 2023 e maio de 2026. Desse declínio, 85.561 vagas foram perdidas no setor industrial, representando 35,5% — mais de um terço. A construção civil foi o segundo setor mais afetado, com 62.747 trabalhadores a menos no mesmo período. Juntos, esses dois setores foram responsáveis por 61,5% da redução total de

empregados formais no setor privado desde novembro de 2023.

EXIGÊNCIAS DO SETOR

A associação empresarial apresentou uma agenda com sete áreas-chave que considera prioritárias para a recuperação das atividades que foram atingidas:

- Maior acesso ao crédito para investimento, capital de giro e consumo.

- Redução gradual da carga tributária sobre a produção.

- Medidas contra a concorrência desleal, importações descontroladas, e a economia informal.

- Soluções para o aumento dos custos de energia.

- Instrumentos para lidar com a inadimplência e renegociar dívidas.

- Investimentos em infraestrutura.

- Modernização do trabalho e atualização dos acordos coletivos de trabalho.

A UIA também exigiu que as condições especiais concedidas a grandes projetos de investimento sejam progressivamente estendidas a outros setores produtivos.

Rappallini lembrou que a indústria representa aproximadamente 18% do Produto Interno Bruto, gera cerca de 20% do emprego e contribui com cerca de 30% da receita tributária nacional.

“O debate industrial não é setorial. O que estamos discutindo é que tipo de país queremos construir para as próximas décadas”, concluiu.

Entre as principais preocupações levantadas pelos industriais está o aumento dos custos de energia.

Segundo Rappallini, muitas empresas, especialmente as pequenas e médias, registraram aumentos significativos em suas contas de gás e eletricidade no último ano.

Ele também alertou para o crescimento do que considera concorrência desleal, observando que, em alguns setores, produtos que entram no mercado por canais irregulares, muitos do exterior, já representam entre 30% e 50% do mercado.

Díaz-Canel condena “terrorismo de Estado” dos EUA contra Cuba

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, aproveitou nesta sexta-feira, no aniversário de 25 anos dos ataques do 11 de setembro que derrubaram as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, para denunciar o terrorismo imposto pelos EUA, que tenta matar de fome o povo cubano através de sanções e bloqueios à ilha caribenha.

Díaz-Canel, em uma postagem na rede social X, começou relembrando as palavras de Fidel Castro no dia que as torres americanas caíram. Fidel disse que os esforços contra o terrorismo deveriam “acabar com o terrorismo patrocinado pelo Estado e outras formas repugnantes de assassinato”.

“Acreditado que um evento tão incomum como este deva servir para fomentar a luta internacional contra o terrorismo, mas a luta internacional contra o terrorismo não se resolve eliminando um terrorista aqui e outro ali; matando aqui e ali, usando métodos semelhantes e sacrificando vidas inocentes.”, disse Fidel.

“A solução passa pelo fim, entre outras barbaridades, ao terrorismo de Estado e a demais formas repugnantes de assassinato, pelo fim aos genocídios e por seguir lealmente uma política de paz e respeito pelas normas morais e legais que são inalienáveis.”, concluiu então Fidel.

Continuando a postagem, Díaz-Canel denunciou as ações genocidas do país vizinho, os EUA contra a população de Cuba.

“Cuba, que sofreu ataques terroristas de vários tipos por mais de 60 anos, resultando em mais de 3.400 mortes e 2.099 feridos, enfrenta hoje um plano genocida para levar o povo à submissão pela fome. Isso também é terrorismo, terrorismo de Estado”, postou Díaz-Canel.

Na mesma semana, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, ao apresentar o relatório intitulado, “Necessidade de acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, comparou o genocídio na Faixa de Gaza às ações dos americanos contra Cuba.

Leia mais no site

Em meio ao genocídio, EUA aprova nova venda de bombas arrasa-quarteirão para Israel

O governo de Donald Trump autorizou a venda de um pacote de armas a US\$ 2,8 bilhões para Israel, incluindo 40.000 bombas de cerca 900kg cada, de acordo como um oficial do governo americano em entrevista ao The Washington Post, em artigo publicado na terça-feira.

O pacote de armas inclui 20.000 bombas do tipo MK-84, mais 20.000 mísseis BLU-117 e outras 20.000 ogivas I-2000 Penetrator que serão enviadas como parte do acordo. É a maior venda recente de munições pesadas para Israel em meio à campanha de limpeza étnica na Faixa de Gaza, no sul do Líbano e na Cisjordânia.

MK-84 é o mais destrutiva dessa lista, foi desenvolvida pelos americanos durante a Guerra do Vietnã, a bomba lança uma onda de fragmentos de metal por centenas de metros que pode perfurar concreto e metal espesso, deixando uma cratera no lugar do impacto.

A I-2000 Penetrator é um tipo de bomba perfurante que pesa quase 1 tonelada, desenvolvida pelos EUA, feita para perfurar camadas camadas

grossas de concreto armado para maximizar danos estruturais e internos, ela não explode no impacto penetrando na estrutura para então detonar.

A BLU-117 é uma bomba aérea de fragmentação e demolição de uso geral, também pesando quase 1 tonelada, é uma das maiores bombas desenvolvidas pelos EUA e pode abrir crateras de 15 metros de largura por 11 de profundidade.

O congresso americano foi notificado informalmente sobre o acordo que será na sua maior parte pago pelo financiamento militar estrangeiro, ou seja, o dinheiro do contribuinte americano. A entrega desse armamento para Israel, foi fonte de tantas críticas na época da Presidência de Joe Biden, até que seu governo se viu forçado a interromper sua entrega 2 anos atrás.

No ano passado, Trump aprovou a venda de quase US\$ 3 bilhões em armamento para Israel, incluindo 35.500 bombas, ignorando o processo formal de revisão pelo congresso americano. Em janeiro desse ano, o governo americano aprovou vendas de armas totalizando US\$ 6,67 bilhões.

A joia da coroa que o Brasil não pode deixar escapar

Ao adquirir a Serra Verde, a empresa norte-americana não comprou simplesmente o direito de retirar minerais do solo de Goiás. Incorporou uma jazida singular, uma operação industrial em funcionamento, processos desenvolvidos para explorá-la e o conhecimento acumulado por pessoas que aprenderam a fazer algo que poucas equipes fora da Ásia sabem fazer

CELSO P. DE MELO*

“O preço é o que você paga. O valor é o que você recebe.”
(Warren Buffett)

Há algo desconcertante na história recente da Serra Verde, empresa que explora terras raras na mina de Pela Ema, no norte de Goiás. Para entender o porquê, talvez seja melhor começar não pelo governo brasileiro, pelo Cade ou por quem questionou a operação, mas por quem decidiu comprar a mineradora.

É importante esclarecer, desde logo, um ponto que pode facilmente produzir uma interpretação equivocada. A Serra Verde não estava sendo transferida de proprietários brasileiros para uma empresa estrangeira. Embora sua operação, seus trabalhadores e seus direitos minerários estejam no Brasil, seu controle econômico já pertencia a investidores internacionais. A Denham Capital havia adquirido a empresa em 2011 e financiado seu desenvolvimento desde a exploração; mais tarde, juntaram-se a ela a Vision Blue Resources e a The Energy & Minerals Group (EMG), também investidores especializados em recursos naturais. A mudança ocorrida em 2026 foi, portanto, de outra natureza: o controle passou de investidores financeiros internacionais para uma empresa norte-americana com uma estratégia industrial explícita para as terras raras.

Em abril, ao anunciar o acordo de aproximadamente US\$ 2,8 bilhões para adquirir a Serra Verde, Barbara Humpton, CEO da USA Rare Earth, descreveu Pela Ema como um “one-of-a-kind asset”, um ativo único em sua categoria. Em uma apresentação posterior, foi ainda mais expressiva: chamou a operação brasileira de “crown jewel”, uma joia da coroa.

Não era apenas linguagem para investidores. Humpton explicou por que atribuía tamanho valor ao ativo. Pela Ema é a única operação fora da Ásia capaz de fornecer, em escala, as quatro terras raras magnéticas – neodímio, praseodímio, disprósio e térbio –, além de outros elementos importantes, como o ítrio.

Mas a compradora enxergava mais do que aquilo que existe no subsolo. A Serra Verde já possuía uma mina em operação e processamento integrado, conduzidos por uma equipe brasileira cuja experiência Humpton qualificou como incomparável. E acrescentou um detalhe particularmente revelador: essa mesma experiência deverá ajudar a acelerar o desenvolvimento de Round Top, o projeto de terras raras que a USA Rare Earth possui no Texas.

Ao adquirir a Serra Verde, portanto, a empresa norte-americana não comprou simplesmente o direito de retirar minerais do solo de Goiás. Incorporou uma jazida singular, uma operação industrial em funcionamento, processos desenvolvidos para explorá-la e o conhecimento acumulado por pessoas que aprenderam a fazer algo que poucas equipes fora da Ásia sabem fazer.

Tudo isso se encaixa na ambição declarada pela USA Rare Earth de construir uma cadeia “mine-to-magnet”, da mina ao ímã. O que começa no minério extraído em Goiás pretende terminar em produtos industriais de muito maior valor e importância tecnológica.

É aqui que se encontra a mudança estratégica mais importante. Pela Ema já não realiza apenas a extração do minério: possui processamento integrado e produz no Brasil um concentrado misto de terras raras. Mas as etapas posteriores – separação dos elementos, produção de óxidos separados de alta pureza, metalização, ligas e fabricação de ímãs – concentram parcelas crescentes do conhecimento tecnológico e do valor industrial. A questão passa a ser onde essas capacidades serão construídas e controladas à medida que a produção de Goiás for integrada à cadeia global da nova proprietária.

A compradora parecia saber exatamente o que estava comprando.

A pergunta é se o Brasil sabia exatamente o que essa mudança de controle poderia significar para o destino da produção e das capacidades tecnológicas construídas em torno de Pela Ema.

NÃO ERA APENAS UMA COMPRA EMPRESARIAL

Mas por que os antigos controladores venderiam um ativo que a própria compradora chamava de “joia da coroa”? A aparente contradição desaparece quando se considera quem eram esses proprietários. Denham Capital, Vision Blue e EMG eram investidores especializados em recursos naturais, e não empresas industriais brasileiras empenhadas em construir uma cadeia nacional de terras raras. Para investidores dessa natureza, financiar um projeto, levá-lo da exploração à produção e realizar posteriormente o valor criado faz parte do próprio ciclo do investimento.

Além disso, a operação não representou simplesmente uma venda em dinheiro. Dos aproximadamente US\$ 2,8 bilhões atribuídos à transação, cerca de US\$ 300 milhões seriam pagos em caixa e a maior parte restante em ações da USA Rare Earth. Os antigos acionistas da Serra Verde passaram, assim, a deter participação relevante na companhia combinada. Em certo sentido, não estavam apenas vendendo a “joia”: estavam trocando grande parte de sua participação nela por uma participação numa estrutura empresarial maior, verticalmente integrada e com ambição global. Para eles, a joia poderia valer mais incorporada a uma coroa maior.

O interesse norte-americano por Pela Ema não ficou restrito à USA Rare Earth. A produção da primeira fase da Serra Verde está comprorada por um acordo de quinze anos que alcança 100% do neodímio, praseodímio, dispró-



sio e térbio produzidos nessa etapa, em uma estrutura apoiada por entidades governamentais norte-americanas e capital privado.

A própria Barbara Humpton apresentou esse contrato como demonstração da importância global da Serra Verde.

Em 24 de agosto, apenas dez dias antes da conclusão da aquisição, surgiu outra peça importante. O Departamento de Guerra dos Estados Unidos anunciou um investimento de US\$ 750 milhões na estrutura criada para adquirir essa produção. O arranjo financeiro total chega a US\$ 1,55 bilhão e inclui ainda até US\$ 500 milhões de financiamento bancário e um compromisso de compra de pelo menos US\$ 300 milhões em produtos de terras raras pela Defense Logistics.

Convém esclarecer o significado disso. O governo norte-americano não entregou US\$ 750 milhões aos proprietários da Serra Verde para pagar parte do preço da aquisição. Fez algo estrategicamente diferente: ajudou a sustentar uma estrutura capaz de garantir financiamento e demanda de longo prazo para a produção futura de Pela Ema, inclusive com mecanismos de preços mínimos.

A Serra Verde já contava, além disso, com financiamento da U.S. International Development Finance Corporation para ampliar e otimizar suas operações.

Por que diferentes braços do Estado norte-americano mobilizariam recursos dessa magnitude em torno de minerais retirados do subsolo brasileiro? Não é necessário especular. Washington considera neodímio, praseodímio, disprósio e térbio essenciais à fabricação dos ímãs permanentes utilizados em uma ampla gama de tecnologias civis e militares, de veículos elétricos e turbinas eólicas a aeronaves, submarinos, satélites, mísseis e drones.

O próprio Departamento de Guerra resumiu a lógica: assegurar cadeias domésticas e aliadas resilientes desses materiais é uma necessidade ligada à capacidade de combater e à segurança econômica norte-americana.

Para Washington, Pela Ema já não era apenas uma mina em Goiás. Era um ativo a ser inserido em sua estratégia de segurança econômica, tecnológica e militar.

No Brasil, ainda não existia um mecanismo equivalente capaz de submetê-la, como um todo, à pergunta sobre o interesse estratégico nacional.

DA MINA AO PODER

Esse movimento tampouco acontece isoladamente. Em dezembro de 2025, os Esta-

dos Unidos lançaram a Pax Silica, iniciativa destinada a construir, entre aliados e parceiros considerados confiáveis, cadeias mais seguras e resilientes para a economia da inteligência artificial e das tecnologias avançadas.

Apesar do nome, não se trata apenas de silício e de semicondutores. A estratégia começa nos minerais críticos e nos insumos energéticos, passa pelo processamento, pela manufatura avançada e pelos semicondutores e chega à infraestrutura de inteligência artificial e à logística. Em sua formulação original, a Pax Silica procura reduzir dependências consideradas coercitivas e pontos únicos de vulnerabilidade nas cadeias tecnológicas.

Há uma mudança geopolítica importante por trás dessa visão. Durante décadas, a busca pela maior eficiência econômica favoreceu cadeias produtivas espalhadas pelo mundo, frequentemente concentrando etapas decisivas onde era mais barato produzi-las. As tensões entre os Estados Unidos e a China, a pandemia, as guerras e a corrida tecnológica mostraram que eficiência sem segurança de suprimento pode produzir dependências perigosas.

As grandes potências passaram, então, a perguntar não apenas quanto custa determinado insumo, mas também quem o produz, onde é processado, quem controla a tecnologia necessária para transformá-lo e o que aconteceria se esse fornecimento fosse interrompido.

É nesse cenário que Pela Ema adquire outra dimensão. Aquilo que Humpton chamou de “joia da coroa” passa a integrar uma estratégia que começa na mineração e pretende chegar à fabricação dos ímãs. O Estado norte-americano ajuda a assegurar a demanda e o financiamento; a experiência acumulada pela equipe brasileira poderá contribuir para desenvolver outro depósito nos Estados Unidos.

Isso não significa que todo o processamento posterior à mineração esteja destinado a deixar o Brasil. A documentação da própria operação admite a possibilidade de a Serra Verde desenvolver etapas adicionais, inclusive a produção de óxidos separados. O ponto estratégico é justamente que essa possibilidade não equivale a uma garantia de que os elos de maior intensidade tecnológica serão construídos aqui. Com a nova estrutura de controle, essas decisões passam a integrar uma estratégia empresarial internacional cuja lógica industrial ultrapassa as fronteiras brasileiras.

Nada disso deve ser apre-

sentado como uma conspiração contra o Brasil. Os Estados Unidos estão fazendo aquilo que se espera de um país capaz de pensar estrategicamente: identificam vulnerabilidades, definem materiais e tecnologias essenciais e mobilizam empresas, financiamento e instrumentos do Estado para reduzi-las.

A pergunta incômoda, portanto, não é por que investidores estrangeiros venderam um ativo a outra empresa estrangeira. É outra: que estratégia tinha o Brasil para assegurar que uma jazida excepcional, uma operação industrial e o aprendizado acumulado em Goiás contribuíssem para construir no País etapas cada vez mais sofisticadas dessa cadeia?

AS PERGUNTAS QUE O CADE PODIA FAZER

O Cade chegou a examinar a operação. Em maio, depois de receber uma representação, a Superintendência-Geral abriu um procedimento para verificar se a aquisição deveria ser submetida à autoridade brasileira de defesa da concorrência.

A legislação estabelece níveis mínimos de faturamento que determinam quando uma aquisição precisa obrigatoriamente ser notificada ao Cade. A Serra Verde ultrapassava um desses limites. A USA Rare Earth, porém, não havia registrado faturamento no Brasil no ano anterior. Em 1º de julho, a Superintendência-Geral concluiu que a operação não preenchia os requisitos para notificação obrigatória e arquivou o procedimento. Em 20 de julho, foi certificado seu encerramento administrativo.

Vista apenas desse ângulo, a decisão é compreensível.

A própria legislação, entretanto, contém uma espécie de rede de segurança. O Cade pode, excepcionalmente, requerer a submissão de uma aquisição mesmo quando os limites normais de faturamento não são alcançados. A razão é simples: o tamanho anterior do comprador no mercado brasileiro nem sempre revela a importância econômica ou tecnológica daquilo que está sendo adquirido.

O próprio Cade havia demonstrado compreender esse problema. Em maio, enquanto o procedimento da Serra Verde estava aberto, examinou uma operação envolvendo a Microsoft e a Inflection, uma empresa norte-americana de inteligência artificial. A Microsoft havia contratado parte importante da equipe da Inflection – incluindo seu cofundador e CEO, Mustafa Suleyman – e obtido direitos de licenciamento sobre seus modelos de inteligência artificial. Não era, portanto, a compra convencional de uma empresa, mas uma operação



A Mineração Serra Verde e sua mina de Pela Ema (F: Serra Verde)

que transferia pessoas, conhecimento e acesso a ativos tecnológicos relevantes. Embora os critérios usuais de faturamento não tornassem obrigatória a notificação, o Tribunal determinou que a operação fosse submetida à sua análise. Na divulgação da decisão, o próprio órgão destacou que operações envolvendo tecnologia, ativos intangíveis e equipes especializadas podem exigir exame concorrencial mesmo sem atingir os critérios ordinários de faturamento.

Inteligência artificial e mineração de terras raras são, naturalmente, mercados muito diferentes. O paralelo não está nos mercados, mas no problema que colocam: em ambos, o valor daquilo que muda de mãos pode não ser captado pelo faturamento da empresa compradora. O caso Microsoft/Inflection mostra que existe, dentro da própria legislação concorrencial, um instrumento para olhar além desse número quando a importância de uma operação parece justificá-lo.

Na Nota Técnica pública que fundamentou o arquivamento do caso Serra Verde, essa segunda análise não aparece. O documento examina se os critérios de faturamento tornavam obrigatória a notificação e, concluindo que não, recomenda o arquivamento.

Isso não significa que o Cade tenha violado a lei. Mostra, antes, os limites de tentar responder apenas com instrumentos de defesa da concorrência a uma questão que também envolve política industrial, tecnologia e segurança econômica.

Uma aquisição pode não ameaçar significativamente a concorrência e, ainda assim, modificar a posição futura de um país numa cadeia tecnológica estratégica. A transferência do controle de uma empresa como a Serra Verde levanta questões sobre o destino de sua produção, os compromissos de longo prazo assumidos, o conhecimento associado à operação e as capacidades que permanecerão no Brasil ou poderão ser desenvolvidas em outros países a partir da experiência acumulada aqui.

Essas não são perguntas que o Cade, sozinho, tenha sido criado para responder.

O problema institucional brasileiro talvez estivesse justamente aí. Quando a aquisição foi anunciada, não havia um mecanismo federal geral, claramente desenhado para reunir essas dimensões e submetê-las a uma avaliação estratégica da mudança de controle de empresas detentoras de minerais críticos.

A assimetria torna-se evidente. Enquanto os Estados Unidos olhavam para Pela Ema através das lentes da política industrial, da tecnologia e da segurança nacional, o Brasil ainda começava a construir os instrumentos necessários para olhar a mesma mina através das lentes de seus próprios interesses estratégicos.

Continua no site.

**Celso Pinto de Melo é Professor Titular Aposentado da UFPE, Pesquisador 1A do CNPq e membro da Academia Brasileira de Ciências.*